

ADAZ - Águas da Azambuja, S.A.

**Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2024 acompanhadas da
Certificação Legal das Contas**

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da ADAZ- Águas da Azambuja, S.A. (“Entidade”), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 11.239.060 Euros e um total de capital próprio de 4.876.186 Euros, incluindo um resultado líquido de 558.582 Euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e do anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;



“Deloitte”, “nós” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, aceda a www.deloitte.com/pt/about.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting | Technology & Transformation e Advisory | Strategy, Risk & Transactions a quase 90% da Fortune Global 500® entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direcionando a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com 180 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 460.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula na CRC: 501776311 | Capital social: € 981.020,00
Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa
Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 8 de maio de 2025



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Ana Alexandra Dornelas Pinheiro, ROC
Registo na OROC n.º 1496
Registo na CMVM n.º 20161106

ÁGUAS DA
AZAMBUJA



RELATÓRIO
E CONTAS

2024



ÍNDICE

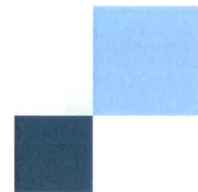
1.	SÍNTESE DE DADOS / INDICADORES.....	3
2.	MENSAGEM DO PRESIDENTE	4
3.	APRESENTAÇÃO DA EMPRESA	5
4.	OBJETO DA SOCIEDADE.....	7
5.	MISSÃO E POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO	8
6.	SÍNTESE DE ATIVIDADE EM 2024	10
7.	PERSPETIVAS PARA O FUTURO	31
8.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
9.	OUTRAS INFORMAÇÕES.....	33
10.	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	34
11.	CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2024 E RESPECTIVO ANEXO	35



1. SÍNTESE DE DADOS / INDICADORES

Indicadores Financeiros

		2022	2023	2024
Capital Social	Eur	50 000	50 000	50 000
Capital Próprio	Eur	3 962 649	4 317 605	4 876 186
Ativo Líquido Total	Eur	10 651 696	11 199 787	11 239 060
Volume de Negócios	Eur	4 135 555	4 392 721	4 798 972
EBITDA Ajustado (<i>Cash Flow</i> Operacional)	Eur	1 479 776	1 442 510	1 608 804
EBIT (Resultado Operacional)	Eur	917 951	408 377	955 369
Resultados Antes de Impostos	Eur	775 057	290 275	801 072
Resultado Líquido do Exercício	Eur	599 080	354 956	558 582
Rentabilidade dos Capitais Próprios	%	15,12%	8,22%	11,46%
Rentabilidade do Ativo	%	5,62%	3,17%	4,97%
Autonomia Financeira	%	37,20%	38,55%	43,39%
Nº de Colaboradores em 31 dezembro	nº	13	12	13



2. MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2024 encerra a primeira metade do período da Concessão, num caminho resiliente e de melhoria contínua do serviço público prestado aos Utilizadores, em alinhamento com os objetivos estratégicos fixados para o Contrato de Concessão.

Passados 15 anos, é com orgulho que olhamos para o caminho percorrido, para a dedicação e aptidão da nossa Equipa num contexto desafiante de baixa sinistralidade, igualdade salarial e elevados níveis de retenção, para os investimentos realizados ao longo da Concessão, para o envolvimento com a comunidade e para a melhoria dos indicadores operacionais, destacando em 2024 o nível de perdas abaixo da barreira dos 20%, valorizando este bem escasso e precioso: a água.

Persistem problemas e dificuldades, como a articulação alta-baixa e o processo pendente de pagamento dos caudais mínimos garantidos relativos ao ano de 2010 impostos pela Águas do Oeste, numa decisão judicial já recorrida, mas incompreensível dada a incapacidade efetiva de fornecimento desses caudais e o atraso provado na concretização dos investimentos no Município de Azambuja por parte do Sistema Multimunicipal.

Confiantes no nosso trabalho e na capacidade de bem fazer em conjunto com a Concedente e demais entidades relacionadas, olhamos para a segunda metade da Concessão como um novo desafio, centrado nos clientes e no serviço público prestado, mas também na adaptação dos sistemas municipais em exploração, num contexto ambiental adverso, e na incerteza do enquadramento socio económico e geopolítico.

O Presidente do Conselho de Administração


António Manuel Paredes Pereira da Cunha



3. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

3.1. BREVE HISTORIAL

A sociedade AdAz - Águas da Azambuja, S.A., foi constituída a 10 de março de 2009, em resultado da adjudicação do Concurso Público Internacional lançado pelo Município de Azambuja em abril de 2007, para a concessão da exploração e gestão conjunta dos serviços municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha e rejeição de águas residuais no concelho.

Em 11 de maio de 2009 foi celebrado o Contrato de Concessão entre o Município de Azambuja e a Águas da Azambuja, S.A. No dia 11 de julho de 2009 deu-se início ao arranque da fase de exploração da concessão (período de funcionamento normal), que se irá prolongar por um período de 30 anos. Após esta data a responsabilidade da gestão técnica, operacional e administrativa dos sistemas municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha e rejeição de águas residuais passou para a empresa Águas da Azambuja.

Em junho de 2011 foi apresentado ao Município um pedido de reequilíbrio da Concessão por força de alterações legislativas significativas, nomeadamente a publicação do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, cujo prazo de adaptação terminou a 20 de agosto 2012 e de condicionantes várias, relativamente ao Caso Base anexo ao Contrato de Concessão. Este pedido resultou num processo negocial mais alargado de revisão do Contrato de Concessão iniciado em janeiro de 2012 e que culminou em dezembro de 2012 na estabilização da Minuta de Aditamento. Após parecer da Entidade Reguladora (ERSAR) em abril de 2015, a minuta de Aditamento foi aprovada pelo município em Assembleia Municipal em junho de 2015.

No dia 23 de junho de 2016 foi assinado o 1º aditamento ao Contrato de Concessão, que entrou em vigor no dia 22 de agosto de 2016, após análise e despacho do Tribunal de Contas. Concluiu-se assim o processo de reequilíbrio da Concessão e retomou-se a implementação de um conjunto de ações relacionadas com o aditamento, nomeadamente o Plano de Investimentos, o Regulamento de Serviços, o Tarifário e o processo de revisão de tarifas. A 23 de agosto de 2019, é publicado em Diário da República o Regulamento Geral de Águas de Abastecimento e Águas Residuais do Município de Azambuja, aprovado em reunião ordinária da Câmara Municipal de Azambuja de 18 de junho de 2019.

No final de outubro de 2019 foram concluídas as obras do Plano de Investimentos revisto, associadas ao abastecimento de água (Obras FA01/FA11), promovendo assim a estruturação do sistema de abastecimento no eixo Aveiras-de-Cima | Alcoentre. O funcionamento integral deste sistema está condicionado à estabilização do reforço da capacidade adução por parte da AdVT | EPAL ao reservatório de Alcoentre.

Relacionado com o Plano de Investimentos inicial, será de realçar a conclusão de todos os trabalhos relativos à rubrica “Outros investimentos a realizar por indicação da Concedente” com a construção e arranque do Sistema Elevatório de Casais da Caneira, alargando assim a cobertura de serviço a esta área da Freguesia de Aveiras-de-Cima.

A execução do projeto de ligação da zona industrial de Azambuja / Vila Nova da Rainha à rede de drenagem de águas residuais domésticas passou a ser desenvolvida em articulação com a IP-Infraestruturas de Portugal, S.A. no âmbito dos projetos de remodelação da EN 3 em Azambuja, encontrando-se a aguardar igualmente o consentimento por parte da AdTA para a ligação deste sistema ao subsistema de Casais de Baixo.

Relativamente às condicionantes impostas pelo atraso na conclusão do Plano de Investimentos por parte da entidade em alta AdTA no Município de Azambuja, salienta-se o arranque do Sistema Intercetor de Casais das

Boiças em janeiro de 2020 e a conclusão do Sistema Intercetor de Vila Nova de São Pedro e Casais de Além em outubro de 2021.

Pelo impacto na normal exploração dos sistemas, destacamos as interações impactantes dos sistemas em alta que subsistem no Município de Azambuja: i) não transição do sistema elevatório de Casais da Areia, em conjunto com o reforço das captações no ponto de entrega de Alcoentre, por parte da AdVT | EPAL; e ii) o consentimento por parte da AdTA, ou as condicionantes impostas, para a ligação do sistema intercetor da Zona Industrial de Azambuja.

3.2. ESTRUTURA ACIONISTA

A Águas da Azambuja é uma Empresa com um capital de 50.000 euros, com a seguinte Estrutura Acionista:

Aquapor – Serviços, S.A.	74,98%
EcoImpact, S. A	25,00%
Luságua – Serviços Ambientais, S. A	0,01%
Luságua Alcanena - Gestão de Águas, S. A	0,01%

3.3. ÓRGÃOS SOCIAIS

Conselho de Administração:

António Manuel Paredes Pereira da Cunha – Presidente;

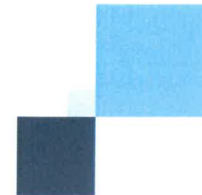
Tiago Azevedo Fernandes de Carvalho – Vogal;

João Machado Pragosa – Vogal.

Órgão de Fiscalização:

Fiscal Único: Deloitte & Associados - SROC S.A., representada por Ana Alexandra Dornelas Pinheiro.

Suplente do Fiscal Único: João Carlos Henriques Gomes Ferreira.



4. OBJETO DA SOCIEDADE

OBJETO

A sociedade tem por objeto a exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de distribuição de águas e de recolha e rejeição de águas residuais em sistemas unitários e separativos na área do Município de Azambuja, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as Instalações, Infraestruturas e Equipamentos que compõem os sistemas concessionados, bem como de recolha, transporte e encaminhamento adequado de Águas Residuais provenientes de fossas particulares domésticas e industriais.

(art.º 3 dos Estatutos da Sociedade)

Com o apoio

ÁGUAS DA AZAMBUJA



O objeto da Sociedade traduz-se na:

- (i) Exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha e rejeição de águas residuais do Município de Azambuja por um período de 30 anos;
- (ii) Execução das obras do Plano de Investimentos da Concessionária, tendo em vista a persecução dos objetivos de 98% de cobertura da população em abastecimento de água e de 95% de cobertura da população em drenagem de águas residuais.

5. MISSÃO E POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO

5.1. MISSÃO

Satisfazer as necessidades no domínio do abastecimento de água e saneamento de forma eficiente, garantindo o abastecimento em quantidade e qualidade, promovendo elevados índices de satisfação das populações, potenciando a sua atividade como ferramenta de apoio ao desenvolvimento económico e social a nível local e assegurando a preservação do ambiente.

5.2. VISÃO

Ser uma Concessão que se constitua como marca de confiança dos seus clientes, pela excelência do serviço público prestado.

5.3. VALORES

A Águas da Azambuja pretende manter uma cultura própria através da assunção dos seguintes valores:

- Dinamismo e Profissionalismo;
- Espírito de Equipa;
- Criação de valor;
- Respeito pelo ambiente;
- Ética.



5.4. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

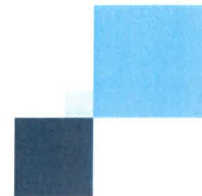
Os objetivos estratégicos, ordenados pelas diferentes áreas da empresa, são os seguintes:

Global:

- Cumprir o contrato de concessão e fomentar o bom relacionamento com a Entidade Concedente;
- Adequar todos os contratos associados ao contrato de concessão às necessidades da empresa;
- Promover a eficácia na gestão;
- Contribuir para o desenvolvimento económico e social da região e promover a integração da empresa na comunidade.

Recursos Humanos:

- Otimizar a Formação dos colaboradores da empresa;
- Potenciar as competências da empresa;
- Incentivar a comunicação interna e o espírito de equipa;
- Criar mecanismos de coordenação e de partilha de informação.



Área Técnica:

- Assegurar a fiabilidade no abastecimento de água e recolha de águas residuais;
- Garantir uma adequada qualidade da água distribuída;
- Reduzir o número de consumos ilícitos;
- Reduzir o número de afluência indevidas;
- Redução das perdas na rede de água.

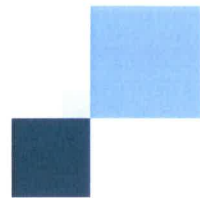
Área Comercial:

- Promover a excelência na qualidade do serviço e melhorar a qualidade de vida dos nossos clientes criando alternativas;
- Desenvolver novos produtos e serviços procurando a satisfação do cliente;
- Aumentar a notoriedade da empresa e o conhecimento do mercado, como alavanca à expansão do negócio.

Área Financeira:

- Maximizar a criação de valor;
- Otimizar os proveitos operacionais;
- Otimizar os custos da estrutura.





6. SÍNTESE DE ATIVIDADE EM 2024

6.1. ENVOLVENTE EXTERIOR

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Geral

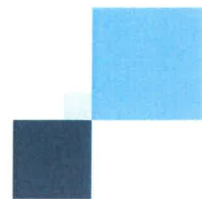
O ano de 2024 foi marcado pela persistência de tensões geopolíticas, com a guerra na Ucrânia a manter-se sem uma resolução à vista e o conflito no Médio Oriente a continuar num estado de instabilidade. Apesar da volatilidade dos mercados, o impacto nos preços da energia foi mais moderado do que em anos anteriores.

Na área do euro, a inflação não desceu de forma sustentada ao longo do ano, mantendo-se acima da meta voltando a acelerar nos últimos meses. Em resposta, o Banco Central Europeu reduziu as taxas de juro em outubro e dezembro, numa tentativa de impulsionar a economia, mas manteve uma postura cautelosa face às pressões inflacionárias persistentes.

De acordo com a informação histórica do Banco de Portugal e EMMI, a evolução da Euribor nos últimos 3 anos foi a seguinte (valores médios no fim do período):

	2022	2023	2024
Euribor 1M	-0,01%	3,17%	3,60%
Euribor 3M	0,23%	3,35%	3,61%
Euribor 6M	0,53%	3,56%	3,53%
Euribor 12M	0,92%	3,85%	3,31%

Fonte: EMMI (valores médios de fim de período)



Portugal

A economia portuguesa apresentou um crescimento moderado, apesar dos desafios orçamentais e incertezas externas.

O crescimento do **PIB** desacelerou de 2,5% em 2023 para 1,7% em 2024, (menos 0.8 p.p.), refletindo uma moderação da atividade económica, devido a fatores externos e a outros fatores estruturais da economia.

No mercado de trabalho, verifica-se uma ligeira redução da **taxa de desemprego** em 0,1 p.p., verificando-se uma estabilização, embora sem grandes melhorias significativas.

Relativamente à evolução nos preços, a inflação, medida pelo **Índice de Preços no Consumidor (IPC)**, registou uma variação média anual de 2,4% em 2024, inferior aos 4,3% observados em 2023.

Apresentam-se em seguida as taxas de variação anual dos principais indicadores económicos, com base na informação do Banco de Portugal e do INE:

Taxa de variação anual	2022	2023	2024
PIB	6,8%	2,5%	1,7%
IPC	7,8%	4,3%	2,4%
IHPC	8,1%	5,3%	2,6%
Desemprego	6,2%	6,5%	6,4%
Consumo Privado*	5,6%	2,0%	3,0%
Consumo Público*	1,4%	0,6%	1,1%
Exportações*	17,4%	3,5%	3,9%
Importações*	11,1%	1,7%	5,2%

Fonte: Banco de Portugal e INE

* Dados Dezembro de 2024

Ao nível nacional, foi aprovado o PENSAARP 2030 – Plano Estratégico para o Setor de Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais. Este plano estratégico tem como objetivos globais a promoção da eficácia, eficiência e sustentabilidade dos serviços e a valorização do ambiente, da economia e da sociedade através dos mesmos serviços.

Portugal - Atividade do Setor

De acordo com o RASARP 2024, existem atualmente em Portugal 351 entidades gestoras, das quais 229 com atividade de abastecimento público de água, 225 com atividade de saneamento de águas residuais urbanas e 258 com atividade na gestão de resíduos urbanos.

O setor é caracterizado por uma grande diversidade de realidades, não apenas ao nível do modelo de gestão adotado, mas também em relação à escala e recursos económico-financeiros e técnicos das entidades gestoras.

Segundo a ERSAR (RASARP, 2024), no abastecimento de água em alta, verifica-se que as concessões multimunicipais abrangem o maior número de municípios (173) e de população (4,9 milhões habitantes), sendo também o modelo que cobre a maior parte do território nacional, cerca de 71%.

No saneamento em “alta”, o tipo de modelo com maior representatividade é igualmente o das concessões multimunicipais, com 202 municípios e 6,9 milhões de habitantes, abrangendo 74% da área territorial.

Entidades Gestoras em "Alta"	Água	Saneamento	Resíduos Urbanos
Concessões Multimunicipais	6	8	12
Concessões Municipais	4	2	-
Delegações estatais	1	-	-
Parcerias Estado / Municípios	1	1	-
Empresas Municipais ou Intermunicipais	1	-	9
Associações de Municípios	-	1	2
Serviços Municipalizados ou Intermunicipalizados	3	-	-
Serviços Municipais	2	-	-
TOTAL	18	12	23

Fonte: ERSAR, RASARP, 2024



Na vertente da “baixa”, existem em Portugal 221 entidades no abastecimento de água e 213 no saneamento de águas residuais, repartidas por 7 e 6 modelos de gestão, respetivamente.

Nos serviços de abastecimento de água em “baixa”, os serviços municipais são o modelo com maior representatividade, abrangendo cerca de 2,4 milhões de habitantes e 144 concelhos, assim como os serviços municipalizados ou intermunicipalizados, com 2,4 milhões de habitantes e 22 concelhos, seguindo-se as empresas municipais ou intermunicipais, com 2,2 milhões de habitantes e 69 concelhos, e as concessões municipais, com cerca de 1,6 milhões de habitantes e 28 concelhos.

Ao nível do saneamento de águas residuais em “baixa”, os serviços municipais têm a maior representatividade, abrangendo cerca de 3,0 milhões de habitantes e 141 concelhos, seguindo-se os serviços municipalizados ou intermunicipalizados, com 2,4 milhões de habitantes em 21 concelhos, as empresas municipais ou intermunicipais, com 2,2 milhões de habitantes em 68 concelhos, as concessões municipais, com 1,4 milhões de habitantes em 21 concelhos, e as parcerias Estado/Municípios, com 0,8 milhões de habitantes distribuídos por 25 concelhos.

Entidades Gestoras em "Baixa"	Água	Saneamento	Resíduos Urbanos
Concessões Multimunicipais	1	-	-
Concessões Municipais	23	21	-
Delegações estatais	1	-	-
Parcerias Estado / Municípios	3	3	-
Empresas Municipais ou Intermunicipais	30	28	20
Associações de Municípios	-	1	2
Serviços Municipalizados ou Intermunicipalizados	20	19	9
Serviços Municipais	143	141	205
TOTAL	221	213	236

Fonte: ERSAR, RASARP, 2024

No que se refere à avaliação da qualidade de serviço, a acessibilidade física dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, ambos em “baixa”, é atualmente considerada boa para o território continental (RASARP, 2024).

Abastecimento de água em Portugal continental Serviço em baixa		Saneamento de águas residuais em Portugal continental Serviço em baixa	
Área predominantemente urbana	99%	Área predominantemente urbana	98%
Área mediamente urbana	96%	Área mediamente urbana	89%
Área predominantemente rural	94%	Área predominantemente rural	78%

Fonte: ERSAR, RASARP, 2024

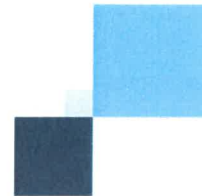
No que se refere aos restantes indicadores, sem prejuízo do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelas entidades gestoras, o RASARP 2024 destaca como principais oportunidades de melhoria nos serviços em baixa:

- Abastecimento de água – adesão ao serviço, reabilitação de condutas e produção própria de energia. Destaca também a água não faturada e as perdas reais de água.
- Saneamento de águas residuais – ocorrência de inundações, adesão ao serviço por rede fixa, reabilitação de coletores, monitorização da condição de coletores, adequação dos recursos humanos no tratamento de águas residuais, controlo de descargas de emergência e de tempestade e cumprimento dos requisitos de descarga.

Em termos de número de concessões municipais de abastecimento de água em baixa, entre as 23 concessões existentes, a Aquapor detém 8, representando 41% em termos do número de alojamentos servidos por concessões, a que se acresce a Luságua Lisboa que faz a gestão da área do Porto de Lisboa.

Entidades Gestoras - Baixa	Nº Entidades	Alojamentos existentes (milhares)	Água Entrada Sistema (milhares m ³)	Água não faturada (%)
GRUPO AQUAPOR	8	340	44 675	15,2
Concessões Municipais	23	822	95 084	15,2
País	221	5 728	839 869	26,9

Fonte: ERSAR, RASARP, 2024

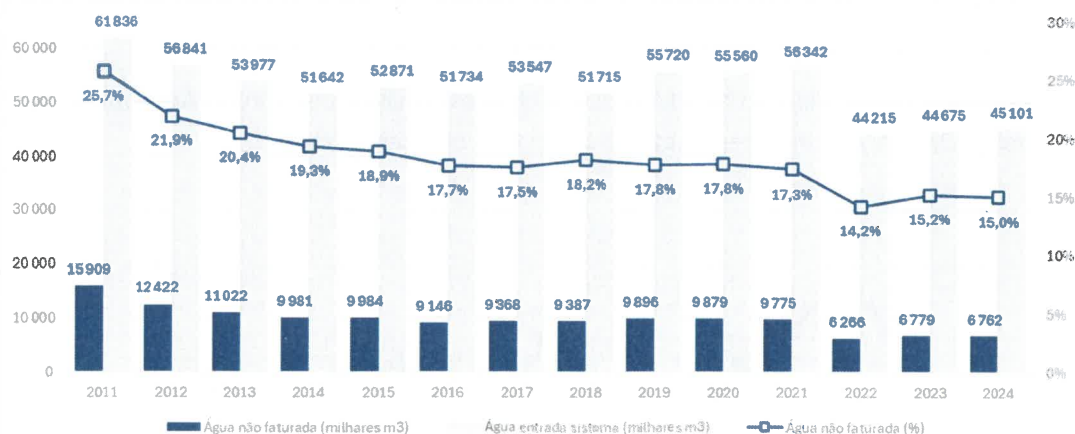


Quanto à água não faturada, segundo o RASARP 2024, a média continental foi de 26,9% referente ao ano 2023, enquanto a média do Grupo Aquapor foi de 15,2% no mesmo período. A tabela e gráfico seguintes refletem a evolução do Grupo Aquapor ao longo dos últimos anos, já contemplando o ano de 2024, em que o nível de água não faturada foi de 15,0%.

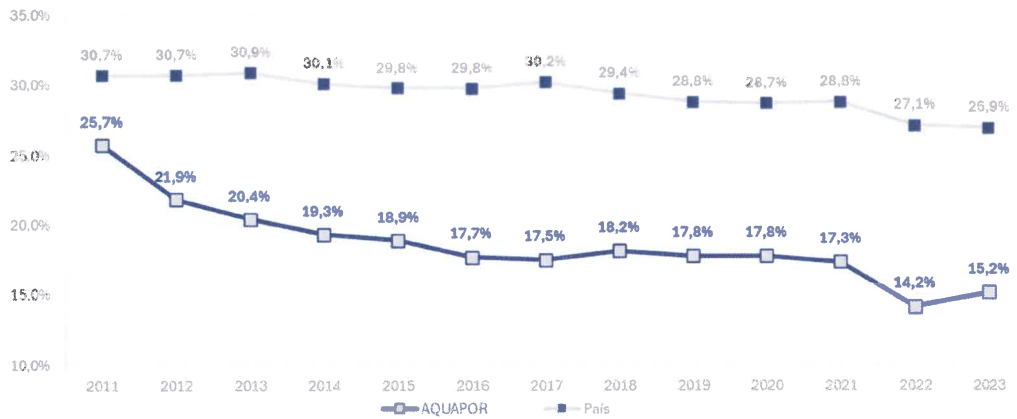
De referir que a descida dos volumes e número de clientes desde 2021 se deve ao término de duas das concessões do grupo: Águas do Sado, em 2022 e Águas do Lena, em 2023.

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Água entrada sistema (*)	61 836	56 841	53 977	51 642	52 871	51 734	53 547	51 715	55 720	55 560	56 342	44 215	44 675	45 101
Água não faturada (*)	15 909	12 422	11 022	9 981	9 984	9 146	9 368	9 387	9 896	9 879	9 775	6 266	6 779	6 762
Água não faturada (%)	25,7%	21,8%	20,4%	19,3%	18,9%	17,7%	17,5%	18,1%	17,8%	17,8%	17,3%	14,2%	15,2%	15,0%
Clientes (nº)	382 294	379 695	378 019	378 537	378 628	378 426	382 407	385 536	401 642	403 810	408 060	344 067	338 983	341 732

(*) Valores em milhares m³



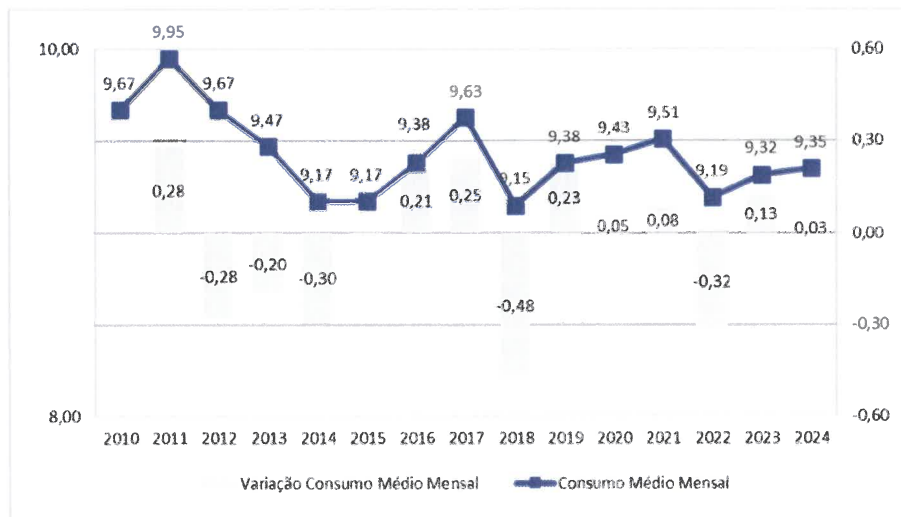
No gráfico seguinte efetua-se a comparação da evolução da água não faturada do Grupo AQUAPOR com a média do País dos últimos anos, de acordo com os dados disponíveis no RASARP 2024.



No gráfico seguinte, apresenta-se a evolução crescente contínua do número de clientes registada nos últimos anos, apenas invertida em 2022 e 2023 devido ao término das duas concessões já referenciadas.



Quanto ao consumo, para o universo de municípios e clientes servidos pelo Grupo Aquapor, verifica-se um ligeiro aumento de 0,03 m³/Cliente/mês, situando-se em 9,35 m³/Cliente/mês.





6.2. ENQUADRAMENTO LOCAL

A Águas da Azambuja é a Concessionária por um período de 30 anos, em regime de exclusividade, dos sistemas de distribuição de água para consumo público e de recolha e rejeição de águas residuais do Município de Azambuja, com uma área geográfica de 262 km², uma população de 21.814 habitantes¹, cerca 8.200 famílias e 11.900 alojamentos clássicos.

É uma Concessão Municipal, operando em baixa, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 379/93, de 5 de novembro e do Decreto-Lei n.º 194/2009 de 20 de agosto. Os serviços de fornecimento de água e o tratamento de águas residuais em alta foram assegurados pela empresa Águas do Oeste S.A., concessionária do Sistema Multimunicipal da região do Oeste, até junho de 2015 e pela empresa Águas de Lisboa e Vale do Tejo até junho de 2017. No início do 2º semestre de 2017 e na sequência da nova reestruturação do setor das águas ao nível dos sistemas multimunicipais através da cissão de alguns dos sistemas multimunicipais, a empresa Águas do Vale do Tejo, S.A. (AdVT) passou a ser a entidade gestora em alta na área do abastecimento e a empresa Águas do Tejo Atlântico, S.A. (AdTA) a entidade gestora em alta responsável pelo tratamento de águas residuais.

A atividade económica do Concelho da Azambuja assenta fundamentalmente em agricultura e florestas integradas em fileira de produção e, mais recentemente, serviços de transportes e logística. O concelho de Azambuja adquiriu, a nível nacional, apoiado nas excelentes acessibilidades e centralidade, uma posição de relevo na área da logística, desde a logística mais banal à logística de elevada rentabilidade e de maior especialização.

O Concelho da Azambuja encontra-se assim integrado numa região metropolitana alargada, situando-se numa área que concentra parte significativa da produção nacional e da população residente no país. Este quadro favorável e de proximidade tem permitido a consolidação dos setores industrial, da logística e dos transportes e o desenvolvimento do sector agroflorestal, assim como a criação de atividades complementares, de cariz cultural e turístico.

Os resultados dos Censos de 2011 indicam para o Concelho da Azambuja um crescimento populacional na ordem dos 3% na década 2001-2011 e um aumento significativo do número de alojamentos disponíveis que se traduzem em mais 17% de oferta, quando comparado com o ano de 2001.

A distribuição espacial da população no território concelhio apresenta um padrão de concentração em pequenos aglomerados dispersos um pouco por todo o território, bipolarizado por dois núcleos mais relevantes – Azambuja e Aveiras de Cima – e apoiado noutros núcleos com alguma dimensão à escala do Concelho, designadamente Alcoentre, Manique do Intendente, Vale do Paraíso e Vila Nova da Rainha.

Em termos de dinâmica demográfica das freguesias, a evolução recente tem sido caracterizada pelo acentuar das assimetrias intra-concelhias, as quais se têm apoiado em dois mecanismos distintos, mas complementares nesse processo: concentração dos ganhos populacionais nas freguesias de Aveiras de Cima e Azambuja, devido às condições de acessibilidade rodoviária e com maior dinamismo económico; perdas demográficas nas freguesias mais afastadas dos eixos viários estruturantes, mais rurais, designadamente Manique do Intendente e Vale Paraíso.²

¹ INE – Resultados CENSOS 2021 (dados provisórios).

² Revisão do Plano Diretor Municipal da Azambuja - Avaliação Ambiental Estratégica, abril de 2010, elaborado por Traço e Ambiente, Lda. atualizado com base nos resultados dos CENSOS 2011

6.3. REGULAÇÃO

A atividade de Águas da Azambuja é regida por:

- Contrato de concessão de exploração e gestão dos serviços públicos municipais de distribuição de águas e de recolha e rejeição de águas residuais em sistemas unitários e separativos na área do Município de Azambuja, estabelecido com o Município de Azambuja em 11 de maio de 2009, com a duração de 30 anos.
- Primeiro aditamento ao Contrato de Concessão celebrado a 23 de junho de 2016.
- O Tarifário de Abastecimento de Água e de Drenagem de Águas Residuais, que contempla, na sua fórmula de revisão tarifária, a variação do Índice de preços ao consumidor (IHPC – Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor publicado pelo Banco de Portugal) e os encargos associados à compra de água e ao tratamento de efluentes em alta.
- O Regulamento Geral de Águas de Abastecimento e Águas Residuais do Município de Azambuja, publicado a 23 de agosto de 2019 que estabelecem e definem as regras da relação comercial com os Utilizadores e as condições a que devem obedecer os sistemas de distribuição pública e predial na área de intervenção da Águas da Azambuja.
- A Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos – ERSAR, que é a entidade que regula todos os serviços públicos de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos e simultaneamente é a autoridade competente para a qualidade da água para consumo humano.

A ERSAR realiza, anualmente, a avaliação da qualidade de serviço das entidades gestoras, que decorre com o envio dos dados até 31 de março, auditoria e validação final, após o período de contraditório. Em 2021 a ERSAR deu continuidade à avaliação de desempenho referente ao ano de 2020, divulgada publicamente pela ERSAR através do RASARP (Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal).

Com uma periodicidade anual, a Águas da Azambuja, enquanto entidade gestora, tem ainda a responsabilidade de submeter à aprovação da ERSAR os Planos de Controlo da Qualidade da Água para o ano seguinte, relativos ao fornecimento de água em baixa e em alta ao município do Cadaval.

- Autoridade Concelhia de Saúde – a atuação desta entidade abrange a atividade da concessão, através da vigilância sanitária da qualidade da água fornecida pela Águas da Azambuja, que é feita de modo regular ao longo do ano. Para além dos ensaios realizados à água distribuída à população, foram também promovidas reuniões com a Autoridade de Saúde, para análise dos programas de controlo de qualidade da água implementados.

Legislação geral do sector, sendo de realçar a publicação do Decreto-lei n.º 69/2023 de 21 de agosto), que estabelece o regime jurídico da qualidade da água destinada ao consumo humano, alterando assim o Decreto-lei n.º 152/2017 de 07 de dezembro (segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 306/2007 de 27 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 92/2010 de 26 de julho).



6.4. RECURSOS HUMANOS

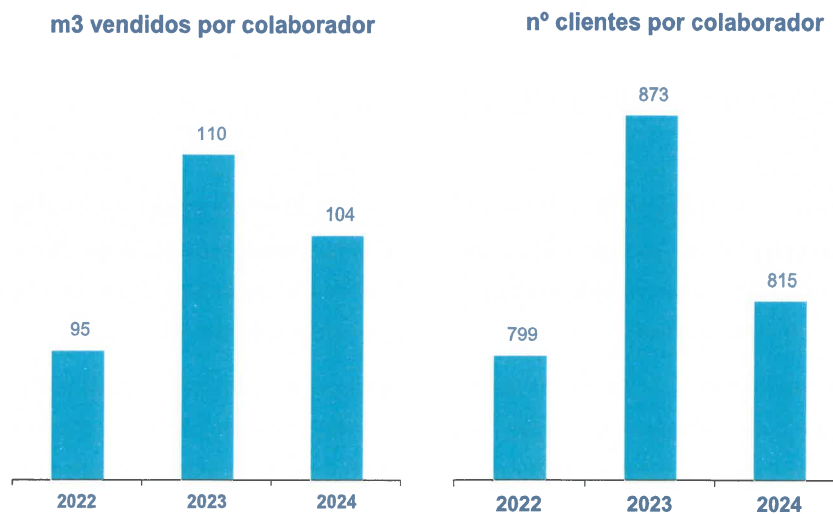
A empresa tem ao seu serviço 13 colaboradores distribuídos, em termos de vínculo contratual, da seguinte forma:

Colaboradores				
	2022	2023	2024	Var. %
Contrato sem Termo	11	10	10	0%
Contrato Termo Certo	2	2	3	50%
Total	13	12	13	8%

Saídas e Admissões				
	2022	2023	2024	Var. %
Admissões	0	2	2	0%
Saídas	1	3	1	-67%
Total	(1)	(1)	1	0%

O número de colaboradores aumentou em relação ao ano anterior, registando-se uma saída e duas admissões.

Em termos de eficiência dos recursos humanos verifica-se de 2023 para 2024, uma diminuição ao nível dos m³ vendidos por n.º de colaborador e uma diminuição do rácio n.º de colaboradores por cada 1000 clientes, inerentes ao aumento do número de colaboradores.

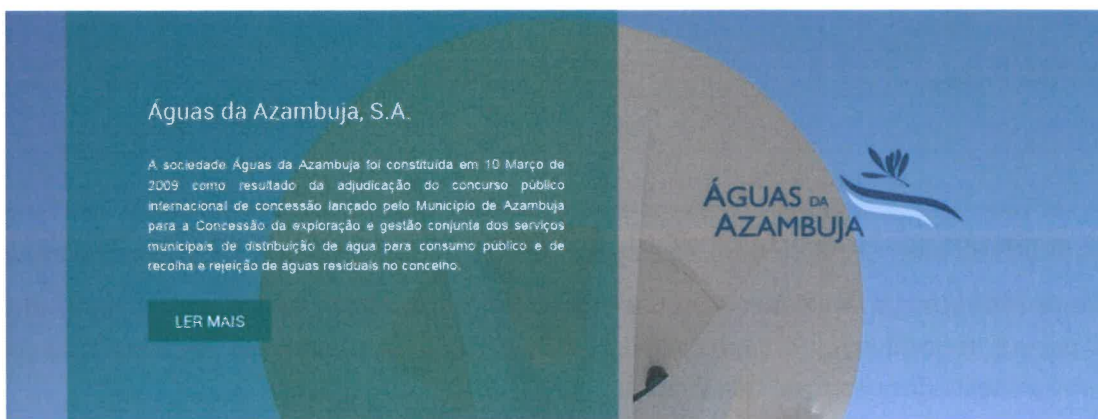


6.5. REGRAS SOCIETÁRIAS

A empresa rege-se pelo definido no seu pacto social. A Assembleia Geral reúne obrigatoriamente nos três primeiros meses de cada ano, nos termos do disposto no artigo 366º do Código das Sociedades Comerciais e sempre que requerida por um ou mais acionistas com capacidade para o fazerem.

A gestão da sociedade é assegurada por um Conselho de Administração composto por três membros, e que reúne, no mínimo, uma vez em cada trimestre. A gestão corrente da sociedade é realizada pelo Diretor Geral por delegação de competências no âmbito do mandato conferido pelo Conselho de Administração.

As regras definidas pelos acionistas, através de regulamentos e comunicações internas, estabelecem os princípios, regras e condutas a adotar no desenvolvimento da atividade da empresa, em particular do controlo orçamental, regras contabilísticas, pessoal e limite de competências para a aprovação de compras e realização de investimentos.



6.6. PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2024

Factos Relevantes

Como factos relevantes, é de destacar: i) os efeitos resultantes da situação pandémica vivida à escala global e a alteração dos hábitos económico sociais de todos as Partes Relacionadas com a Águas da Azambuja; ii) a crise global de combustíveis e energia com impacto direto na atividade da empresa e nos seus fornecedores através da escalada de preços; e iii) a guerra na Ucrânia com todas as consequências associadas.

Apesar destes constrangimentos, a Águas da Azambuja assegurou sempre a continuidade do serviço de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais, tendo sido consolidada a transição digital ao nível do relacionamento com os utilizadores e implementadas, com o suporte acionista, um conjunto de medidas de otimização na utilização dos recursos disponibilizados.

Apesar de todas as condicionantes e restrições impostas, verificou-se uma estabilidade do negócio sustentada nos consumos domésticos e na principal atividade económica do concelho relacionada com a logística alimentar.

A Câmara Municipal de Azambuja e a EPAL/AdVT, mantiveram o processo de estabilização das condições necessárias ao reforço das captações em Alcoentre, solução acordada em 2021, e que irá potenciar o sistema de abastecimento de água: FA01/FA11 – Reforço do Abastecimento de Água no eixo Alcoentre / Aveiras-de-Cima / Aveiras-de-Baixo, infraestrutura essencial para uma eventual expansão da área industrial Norte de Aveiras de Cima e estabilização das condições necessárias ao funcionamento integral deste sistema adutor concluído em 2019.

Relativamente ao Sistema de Telegestão, foi realizado um acompanhamento e implementadas melhorias no Projeto, tendo sido finalizado o arranque do sistema global, com um evidente ganho na melhoria das condições de monitorização do sistema de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais.

Em articulação com o Município, no âmbito da empreitada de estabilização da plataforma e talude na estrada em Casais do Farol, foram substituídas as condutas distribuidoras de água na área envolvente à intervenção a cargo do Município de Azambuja.

A AdAz continuou o trabalho de renovação do parque de contadores, tendo substituído em 2024 um total de 413 contadores, que representam aproximadamente 4% do parque de contadores, adequando assim a idade e as suas condições de funcionamento, quer nos pequenos contadores domésticos, quer nos grandes consumidores com soluções tecnológicas distintas.

Integrada em grupos de trabalho promovidos pela AQUAPOR, a Águas da Azambuja deu continuidade à implementação de ferramentas operacionais associadas ao: Plano de Segurança da Água (AquaControl), monitorização da rede de abastecimento de água (Aquaflow) e otimizou a implementação da solução SIG na Plataforma da ESRI, acompanhando assim a evolução das melhores práticas do setor.

DESEMPENHO DO SISTEMA

Exploração do Sistema

A concessão, ao longo da sua atividade, tem conseguido implementar melhorias nos sistemas de abastecimento de água e de saneamento, cumprindo com os objetivos estratégicos da empresa.

Em 2024 e no que diz respeito ao rendimento do sistema de abastecimento, apesar das ações implementadas pela empresa, registou-se um aumento na percentagem de água não faturada, que se situou nos 19,9%, o que representa uma variação de -1,5% p.p. face ao ano anterior.

Volume de Água (m3)

	2021	2022	2023	2024	Var. %
Água Aduzida	1 613 625	1 560 498	1 685 753	1 688 641	0,2%
Água Vendida	1 254 662	1 235 589	1 323 716	1 351 988	2,1%
Perdas % (I)	22,2%	20,8%	21,5%	19,9%	-1,5 p.p.

(I) inclui perdas físicas, económicas e outras de carácter operacional

O volume de água aduzida ao sistema (compra em alta) aumentou, face ao ano de 2023, em 2 888 m³, o que representa uma variação de +0,2%. O volume faturado registou um aumento, no valor de 28 272 m³, representando uma variação de + 2,1% face ao ano anterior. O referido aumento de consumo verificou-se em

alguns tipos de clientes, em especial, nos clientes não domésticos (+33 477 m³) e clientes domésticos (+7 966 m³).

No que diz respeito ao desempenho do sistema de drenagem de águas residuais domésticas, no ano de 2024 verificou-se, face a 2023, um aumento do volume de águas residuais entregue para tratamento à entidade gestora em alta, quantificado em 132 681 m³ (2023: 1 054 327 m³; 2024: 1 187 008 m³), representando uma variação de +12,6% motivado pelas características do ano hidrológico.

Em relação ao serviço prestado a clientes de recolha e transporte de águas residuais verificou-se, face a 2023, um aumento do volume faturado, correspondente a 19 135 m³ (2023: 919 460 m³; 2024: 938 595 m³), representando uma variação de +2,1%.

O valor de aflúências indevidas (diferença entre volume de águas residuais recolhido e faturado e o volume entregue para tratamento) registado em 2024 foi de 248 413 m³, o que corresponde a um rendimento global do sistema de 79,1%.

PLANO DE INVESTIMENTOS / NOVAS INFRAESTRUTURAS

O plano de investimentos inicial da Concessionária encontra-se concluído na vertente de abastecimento de água desde 2019, com a conclusão da Obra FA01 / FA11, e na vertente “Outras obras a executar por indicação do Município” desde 2020 com a conclusão do sistema elevatório de Casais da Caneira, encerrando assim a execução financeira prevista no Primeiro Aditamento ao Contrato de Concessão. Continua por terminar a obra FB18 referente ao sistema interceptor da Zona Industrial de Azambuja (parcialmente executada em 2017).

Tal como referido anteriormente, este investimento está condicionado por parte da entidade em alta AdTA, na aceitação dos efluentes recolhidos no sistema interceptor no ponto de entrega de Casais de Baixo, e, por parte da IP – Infraestruturas de Portugal, na integração desta obra na empreitada de reformulação da EN3.

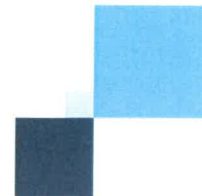
Manutenção do Sistema

As principais atividades de manutenção preventiva e curativa dos sistemas de abastecimento e saneamento foram asseguradas através de contrato de prestação de serviços com entidades externas:

- Luságua – Serviços Ambientais S.A.: manutenção dos sistemas eletromecânicos;
- ECOIMPACT: despejo de fossas e a limpeza/desobstrução de coletores;
- Paulo Bento Construções, Lda.: manutenção da rede de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais;
- Aqualongo, Lda.: deteção ativa de perdas de água.

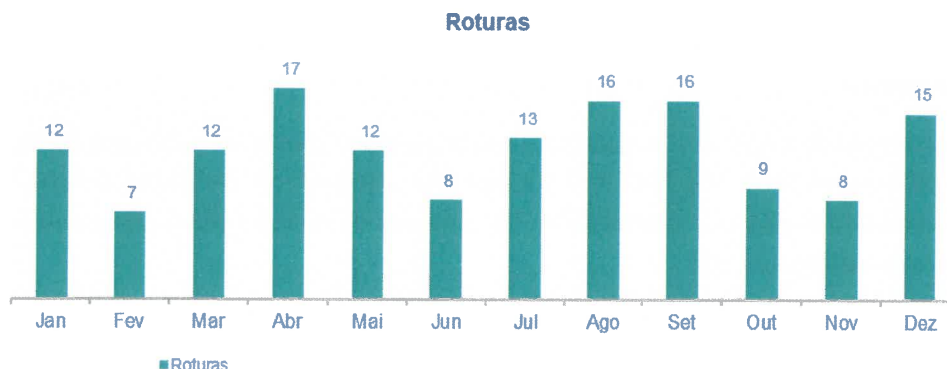
No decorrer do ano de 2024 foram reparadas 145 roturas na rede, o que significa um aumento de 3% face ao ano de 2023, que registou 141 roturas. Nos meses de janeiro, abril e maio, realizaram-se campanhas de pesquisa ativa de fugas, tendo sido detetadas e reparadas 13 roturas não visíveis.

No quadro seguinte é apresentado o número de reparações mensais de roturas durante o ano de 2024.



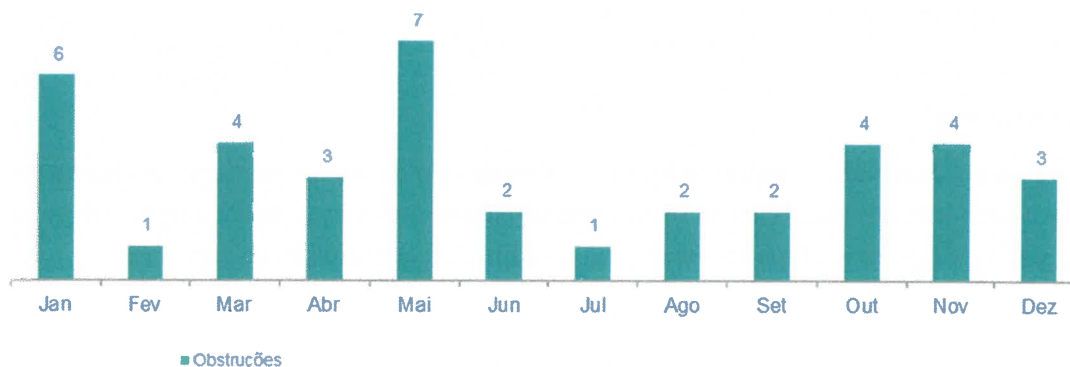
Roturas

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Roturas	12	7	12	17	12	8	13	16	16	9	8	15	145

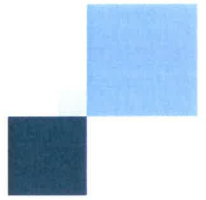


Relativamente à rede de saneamento, o número de obstruções em coletores e ramais em 2024 foi igual a 39. O reduzido número de obstruções estará, também, diretamente relacionado com a manutenção preventiva da rede de drenagem.

Obstruções



Relativamente à limpeza de fossas, foram assegurados 810 serviços, registando-se um aumento de 12.3% face ao ano 2023 (com 721 limpezas). Apesar de haver uma tendência para a diminuição progressiva do número de serviços de despejos de fossa, resultante da implementação do novo tarifário de saneamento desde 2018, o ligeiro aumento verificado em 2024 poderá estar relacionado com a recuperação do parque habitacional em áreas geográficas não servidas por rede fixa de saneamento.



Sistema de Controlo da Qualidade da Água para Consumo Humano

A atividade de monitorização da qualidade da água desenvolveu-se de acordo com o programa de controlo da qualidade da água (PCQA), que compreende a vertente de controlo legal como entidade gestora em alta e em baixa, aprovado pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) assim como a vertente de controlo operacional.

O programa de controlo da qualidade da água (entidade gestora em baixa e em alta) para 2023, estabelecido de acordo com o Decreto – Lei nº 306/2007 de 27 de agosto e o Decreto-Lei n.º 152/2017 de 07 de dezembro, foi totalmente cumprido mediante a realização de 79 Controlos de Rotina 1 (CR1), 25 controlos de Rotina 2 (CR2) e 10 Controlos de Inspeção (CI).

Durante o ano de 2024 não foi registado qualquer incumprimento, num total de 926 determinações regulamentares.

Em 2024 foram monitorizados 114 pontos de amostragem, tendo sido assegurada a rotatividade e a distribuição pelas 8 zonas de abastecimento existentes, para além do ponto de entrega em alta ao município do Cadaval.

Os pontos selecionados abrangeram locais públicos e clientes particulares, designadamente escolas, jardins-de-infância, lares de idosos, espaços públicos, restaurantes, cafés e alojamentos, estes últimos selecionados a partir do sistema de informação e gestão de clientes (AQUAMATRIX).

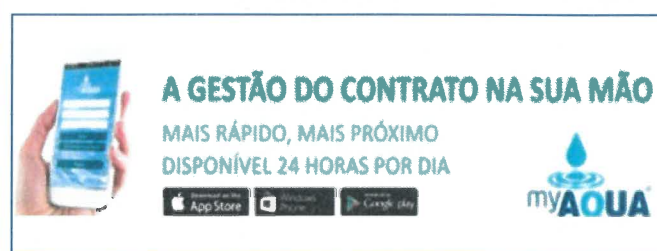
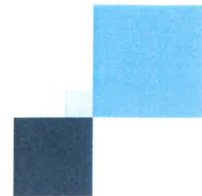
De salientar que no ciclo anual de avaliação promovido pela Entidade Reguladora (ERSAR), referente ao ano 2023 e publicado em 2024, no que se refere à qualidade da água fornecida à população, o indicador que avalia a água controlada e de boa qualidade, “% Água Segura” situa-se nos 100%, o que se traduz num excelente desempenho, de acordo com a avaliação da ERSAR.

Imagem e comunicação

Em 2024 a empresa continuou a realizar campanhas de divulgação da sua atividade, no sentido de promover a confiança e satisfação dos seus clientes. Neste sentido realizou campanhas de divulgação em jornais locais relativos à eficiência ambiental, água segura e apoio solidário a uma instituição do concelho.

Destaque ainda para a participação em conjunto com o Município de Azambuja, iniciativa onde foram potenciadas as mensagens de racionalização do uso da água e de consumo de água da torneira junto da população mais nova do Concelho de Azambuja.

No âmbito de projetos de solidariedade, manteve a parceria com a Associação de Solidariedade Social Casa do Pombal, uma IPSS com sede na freguesia de Aveiras de Cima, que acolhe crianças em risco para a qual contribuiu com donativos que contaram com a participação de 1 028 clientes, através da adesão ao débito direto e/ou à fatura eletrónica.



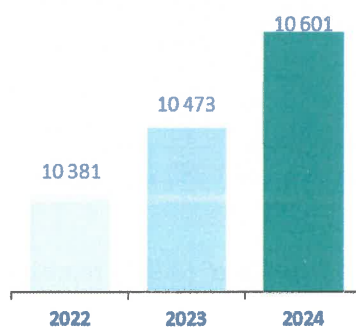
Área Comercial

Em 2024 registou-se, face ao ano anterior, um aumento de 128 clientes na área do abastecimento de água e, relativamente ao serviço de drenagem de águas residuais, um aumento de 113 clientes.

Durante o ano de 2024 foram construídos 67 ramais de água e 37 ramais de saneamento, na sequência de pedidos de ligação à rede (não contempla os ramais construídos no âmbito do Plano de Investimentos).

A Águas da Azambuja celebrou 1090 novos contratos de fornecimento de água, associados, em grande parte, à dinâmica do mercado de aluguer de habitação. Face ao ano de 2023 regista-se um aumento de +1,9% no número de novos contratos celebrados.

Número de Clientes



Baixas de Fornecimento

No decurso do ano 2024, a Águas da Azambuja registou 971 rescisões de contrato de fornecimento o que resulta, tendo em conta o número de novos contratos (1090) numa variação total de 119 clientes.

Suspensões de fornecimento

Relativamente a suspensões de fornecimento por falta de pagamento (controlo de cobranças), ocorreram 256 suspensões no fornecimento, uma diminuição de 5,9% face a 2023 (com 272 suspensões de serviço).

Campanha de Substituição de Contadores

Durante o ano de 2024 foram substituídos 413 contadores (aproximadamente 4% do parque de contadores) registando-se, a dezembro de 2024, uma idade média do parque de contadores de 8 anos.

Vendas e Prestações de Serviços

	2021	2022	2023	2024	Var. %
Venda de Água	1 796 169	1 832 574	2 125 599	2 347 921	10%
Taxa de Disponibilidade	688 641	723 656	728 837	776 496	7%
Total Vendas de Água + Taxa Disp.	2 484 810	2 556 230	2 854 436	3 124 417	9%
Tarifa de Utilização de Saneamento	1 184 517	1 214 756	1 313 034	1 414 162	8%
Ramais Domiciliários (Água)	35 750	55 254	32 238	66 749	107%
Ramais Domiciliários (Saneamento)	26 525	20 098	28 266	33 802	20%
Outros Serviços	150 630	289 218	164 746	159 843	-3%
Total das Prestações de Serviços	1 397 422	1 579 325	1 538 285	1 674 556	9%
Total de Volume de Negócios	3 882 232	4 135 555	4 392 721	4 798 972	9%

Em termos de faturação, a empresa atingiu um volume de negócios de 4.798.972 Euros.

Tipo de Cliente

	Volume Vendido (m3)	Peso no Total (%)	Valor da Venda (€)	Tarifa Média (€)	Nº de Clientes	Peso no Total (%)
Doméstico	772 004	57%	965 191	1,25	8 967	85%
Comércio e Indústria	374 685	28%	1 078 716	2,88	1 084	10%
Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia	148 601	11%	183 538	1,24	258	2%
Instituições de Utilidade Pública	56 698	4%	75 931	1,34	292	3%
Total	1 351 988		2 303 377		10 601	

A dezembro de 2024 os clientes do tipo “Doméstico” (8 967) representam a larga maioria dos clientes, com 85% do total de contratos existentes (10.601), seguindo-se os clientes do tipo “Comércio e Indústria” (1 084) que representam 10% do universo de clientes. No entanto, no que toca à distribuição do volume de água vendido por tipo de cliente, a diferença diminui, com os clientes do tipo “Doméstico” a representar 57% do volume fornecido (772 004 m3) e os do tipo “Comércio e Indústria” 28% (374.685). Como seria expectável, no

que toca ao valor de venda (faturação associada à tarifa volumétrica), a diferença entre os dois tipos de clientes volta a diminuir substancialmente, verificando-se que os clientes do tipo doméstico correspondem a 42% (965.191 Euros) e o “Comércio e Indústria” a 46,8% do volume de venda (1.078.716 Euros).

Em média, verifica-se um consumo 10.63 m³ por cliente e por mês. No que toca à capitação associada a clientes domésticos, verifica-se um consumo médio de 7.17 m³ por cliente e por mês.

Formas de Pagamento

Apresenta-se, na tabela seguinte, a distribuição no número de pagamentos de faturas pelos vários canais de pagamento disponibilizados a clientes. Face ao ano de 2023 o número de pagamentos efetuados na loja da empresa diminuiu cerca de 1%, representando 8% do total (10.805 pagamentos). O meio de pagamento com maior representatividade – recolhe a preferência de 46% dos clientes – é o Multibanco, que apresenta um aumento, por comparação com 2023 (58.933), de 668 pagamentos (+1,1%); O Débito em conta, em 2024 foi o segundo canal mais utilizado apresentando um crescimento de 3.858 pagamentos (+8%) representando no total uma percentagem de 41%.

Modalidade de Pagamento

	2021	2022	2023	2024	Var. %
Loja	10 798	11 294	10 947	10 805	-1%
Débito em Conta	45 545	46 819	49 202	53 060	8%
Payshop	6 234	5 816	5 658	5 318	-6%
Multibanco	58 532	59 487	58 933	59 601	1%
Total	122 294	119 520	124 740	128 784	

6.7. ORGANIZAÇÃO, PROCESSOS E SISTEMAS

Organização e Processos

No que respeita aos aspetos organizacionais e de procedimentos, a empresa encontra-se estabilizada no modelo definido para a gestão e manutenção das infraestruturas de água e águas residuais, em conjunto com a fiscalização e acompanhamento das Obras que fazem parte do Plano de Investimentos.

A este respeito, salientamos novamente o trabalho desenvolvido ao nível do cadastro técnico e comercial, que permite um elevado nível de conhecimento das infraestruturas e dos utilizadores. Em termos gerais, a Concessão engloba 10 601 contratos ativos a 31 dezembro de 2024.

Apresenta-se de seguida um breve resumo das infraestruturas em serviço.

	2024	2023	2022	2021
Infra-Estruturas	<i>nº/ km</i>	<i>nº/ km</i>	<i>nº/ km</i>	<i>nº/ km</i>
Rede de Abastecimento de Água	332	328	328	295
Rede de Saneamento	147	148	147	143
Reservatórios	18	18	18	18
Estações Elevatórias de Abastecimento	8	8	8	7
Estações de Tratamento de Águas Residuais	22	22	22	22

Relações com o Concedente e com outros interessados no desempenho da Sociedade

O relacionamento entre a empresa e o Município de Azambuja tem sido muito positivo e de grande proximidade permitindo ultrapassar as situações decorrentes do normal funcionamento e atribuições da Concessão, tanto a nível da operação de infraestruturas assim como no relacionamento com os clientes e outras entidades interessadas.

A este nível é de realçar o contacto próximo com as Juntas de Freguesia, as entidades gestoras em alta Águas do Vale do Tejo e Águas do Tejo Atlântico, Autoridade Concelhia de Saúde e Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos.

6.8. ANÁLISE ECONÓMICO – FINANCEIRA

NOTA INTRODUTÓRIA:

A análise económica e financeira que se apresenta de seguida sintetiza os resultados alcançados pela Águas da Azambuja, S.A., no exercício de 2024, bem como a situação patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2024.

A leitura deste capítulo deve ser feita em conjugação com as demonstrações financeiras e notas anexas a este relatório.



6.9. ANÁLISE DE GASTOS E RENDIMENTOS

A empresa registou, no ano de 2024, um resultado líquido de 558.582 euros.

Demonstração dos Resultados

(Em Euros)

	2022	2023	2024	Var. %
Vendas	2 556 230	2 854 436	3 124 417	9%
Prestações de Serviços	1 579 325	1 538 284	1 674 555	9%
Volume de Negócios	4 135 555	4 392 721	4 798 972	9%
CMVMC	1 026 560	966 072	1 074 779	11%
Fornecimentos e Serviços Externos	1 408 786	1 565 080	1 696 967	8,4%
Gastos com o Pessoal	344 311	369 232	389 392	5,5%
Outros Resultados Operacionais	(27 116)	(625 667)	(103 285)	83%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (RADFI)	1 328 782	866 669	1 534 548	77%
Amortizações	410 831	458 292	579 179	26%
Resultado operacional (RO)	917 951	408 377	955 369	134%
Resultados Financeiros	(142 894)	(118 102)	(154 297)	-31%
Resultados Antes de Impostos	775 057	290 275	801 072	176%
Imposto Sobre o Rendimento	175 977	(64 681)	242 491	-475%
Resultado Líquido do Exercício	599 080	354 956	558 582	57%

EBIT (Resultado Operacional)

O EBIT (Resultado Operacional) registou um resultado positivo de 955.369 Euros. Os rendimentos operacionais no montante total de 5.061.773 Euros superaram os gastos operacionais que atingiram os 4.106.404 Euros.

O volume de negócios cresceu 9% face a 2023, resultado na mesma proporção no aumento das vendas e serviços prestados.

6.10. ANÁLISE DO BALANÇO

Balanço				(Em Euros)
	2022	2023	2024	Var. %
Ativo				
Ativos Fixos Tangíveis e Ativos Intangíveis	7 350 897	6 952 125	6 483 811	-7%
Outros	537 452	581 307	540 384	-7%
Total dos Ativos não Correntes	7 888 349	7 533 433	7 024 195	-7%
Créditos a receber	727 160	896 805	875 324	-2%
Diferimentos	3 912	3 557	2 021	-43%
Outros	2 032 274	2 765 992	3 337 520	21%
Total dos Ativos Correntes	2 763 346	3 666 354	4 214 865	15%
Total do Ativo	10 651 696	11 199 787	11 239 060	0%
Capital Próprio	3 962 649	4 317 605	4 876 186	13%
Financiamentos Obtidos	2 458 690	2 624 978	2 163 734	-18%
Dividas a pagar	386 376	298 048	299 784	1%
Outros	1 663 100	2 239 592	2 315 606	3%
Total dos Passivos não Correntes	4 508 166	5 162 618	4 779 124	-7%
Dividas a pagar	1 209 346	1 319 458	1 149 151	-13%
Financiamentos Obtidos	971 534	400 106	434 598	9%
Total dos Passivos Correntes	2 180 881	1 719 564	1 583 750	-8%
Total do Passivo	6 689 046	6 882 182	6 362 874	-8%
Total do Capital Próprio e do Passivo	10 651 696	11 199 787	11 239 060	0%

O total do **Ativo** atingiu, no final de 2024, o montante de 11.239 milhares de euros.

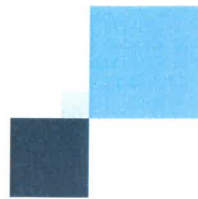
O **Ativo não Corrente** diminuem 7% essencialmente pela diminuição de Ativos Fixos Tangíveis e Ativos Intangíveis.

O **Ativo Corrente** aumenta 15% com os ajustamentos efetuados nas outras contas a receber.

O **Capital Próprio** aumenta por via da incorporação do resultado líquido positivo verificado em 2023.

O **Passivo não Corrente** apresentam no final de 2024, o montante de 4.779 milhares de euros.

A variação verificada no **Passivo Corrente** resulta da redução do saldo de financiamentos obtidos.



7. PERSPETIVAS PARA O FUTURO

Para o ano de 2025 foram estabelecidas as seguintes linhas fundamentais de orientação da atividade da empresa:

- Continuidade na melhoria do desempenho operacional da rede de abastecimento de água com especial enfoque na redução do volume de água não faturada e do número de falhas no abastecimento de água;
- Continuidade na melhoria do desempenho operacional da rede de drenagem de águas residuais domésticas por via da redução e controlo de afluências indevidas;
- Otimização contínua do levantamento cadastral das redes de abastecimento de água e águas residuais;
- Otimização do Sistema de Telegestão;
- Utilização de nova plataforma para monitorização e acompanhamento de indicadores operacionais, com o objetivo de uma gestão mais eficiente dos sistemas;
- Aposta na melhoria contínua em todos os processos implementados na empresa;
- Promoção da confiança e satisfação dos clientes.

Numa análise de riscos e incertezas relacionados com acontecimentos ou condições que possam afetar significativamente a situação da Águas da Azambuja, referenciamos:

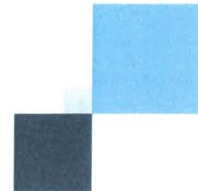
- Posicionamento das concessionárias dos sistemas multimunicipais;
- Evolução das taxas de juro e variações dos preços de energia e combustíveis;
- Retração de consumos e utilização de captações próprias;
- Alteração da legislação aplicável ao setor;
- Condicionantes externas à normal conclusão do Plano de Investimentos;
- Alterações climáticas que potenciam a escassez dos recursos hídricos e a ocorrência de eventos extremos.



8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentados os resultados das atividades desenvolvidas em 2024, o Conselho de Administração manifesta o seu elevado apreço e consideração a todos os que, direta ou indiretamente, contribuíram para os resultados obtidos, destacando:

- os Colaboradores de Águas da Azambuja, pelo notável sentido de serviço e de missão que colocam nas suas atividades diárias;
- a Entidade Concedente – Câmara Municipal de Azambuja;
- os Acionistas AQUAPOR - Serviços, SA, e ECO IMPACT, S.A. pelo interesse, disponibilidade e apoio reiteradamente demonstrados no acompanhamento da empresa;
- a Entidade Reguladora pelo suporte e contributo para o desempenho da Concessionária;
- os Fornecedores, pelo esforço posto na pronta satisfação das necessidades da empresa;
- os Clientes, pela sua exigência crítica e boa colaboração;
- o Revisor Oficial de Contas e o Fiscal Único, pelo espírito interessado e positivamente crítico de que deram prova no seguimento das atividades da empresa;
- os Membros da Mesa da Assembleia Geral, pelo empenho demonstrado no exercício das suas funções.



9. OUTRAS INFORMAÇÕES

Nos termos do disposto no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais importa referir o seguinte:

- Não existem factos relevantes ocorridos após o fecho do exercício de 2024;
- Não foram adquiridas ou alienadas ações próprias durante o exercício;
- Não houve qualquer negócio entre a sociedade e os seus Administradores no exercício de 2024;
- A sociedade não tem sucursais.




10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2024, no montante de 558 582 Euros seja transferido para resultados transitados.

O Conselho de Administração


António Manuel Paredes Pereira da Cunha


Tiago Azevedo Fernandes de Carvalho


João Machado Pragosa

Azambuja, 27 de março de 2025

11. CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2024 E RESPETIVO ANEXO

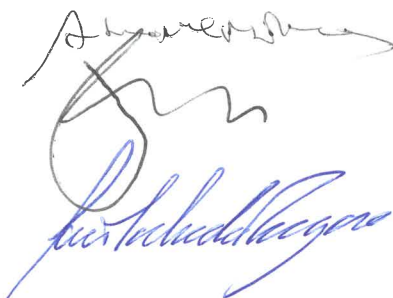
Águas da Azambuja, S.A.

BALANÇO

em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

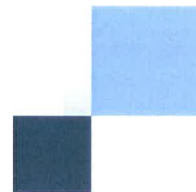
		Quantias em Euros	
	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Ativo			
Ativo Não Corrente			
Ativos Fixos Tangíveis	8	18 108	12 903
Ativos Intangíveis	7	6 465 703	6 939 223
Outros investimentos financeiros		3 252	3 252
Outros Ativos Financeiros	13.8	58 491	118 585
Ativos por Impostos Diferidos	12	478 641	459 471
		<u>7 024 195</u>	<u>7 533 433</u>
Ativo Corrente			
Inventários	9	39 466	33 690
Clientes	13	650 460	720 250
Outros Créditos a Receber	13.2	224 864	176 555
Diferimentos	15.2	2 021	3 557
Caixa e Depósitos Bancários	4	3 298 055	2 732 302
		<u>4 214 865</u>	<u>3 666 354</u>
Total do Ativo		11 239 060	11 199 787
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio			
Capital Subscrito	13.6	50 000	50 000
Outros Instrumentos de Capital Próprio	13	1 895 000	1 895 000
Reservas Legais	15.3	24 272	24 272
Resultados Transitados	15.3	2 348 333	1 993 377
Resultados Líquidos do Período	15.3	558 582	354 956
Total do Capital Próprio		4 876 186	4 317 605
Passivo			
Passivo Não Corrente			
Provisões	11	2 315 606	2 239 592
Financiamentos Obtidos	13.5	2 163 734	2 624 978
Outras Dívidas a Pagar	13.4	299 784	298 048
		<u>4 779 124</u>	<u>5 162 618</u>
Passivo Corrente			
Fornecedores	13.3	525 255	857 360
Estado e Outros Entes Públicos	15.1	27 548	18 803
Financiamentos Obtidos	13.5	434 598	400 106
Outras Dívidas a Pagar	13.4	596 349	443 295
		<u>1 583 750</u>	<u>1 719 564</u>
Total do Passivo		6 362 874	6 882 182
Total do Capital Próprio e Passivo		11 239 060	11 199 787

Conselho de Administração



Contabilista Certificado





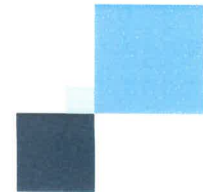
Águas da Azambuja, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA
em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

Quantias em Euros

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e Serviços Prestados	10	4 798 972	4 392 721
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	9	(1 074 779)	(966 072)
Fornecimentos e Serviços Externos	15.4	(1 696 967)	(1 565 080)
Gastos com o Pessoal	14	(389 392)	(369 232)
Imparidade de Dívidas a Receber (Perdas/Reversões)	13.1	5 240	1 183
Provisões (Aumentos/Reduções)	11	(79 496)	(577 024)
Outros Rendimentos	15.5	257 561	146 597
Outros Gastos	15.6	(286 590)	(196 423)
Resultados antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos		1 534 548	866 669
Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização	15.7	(579 179)	(458 292)
Imparidade de Ativos Depreciáveis/Amortizáveis (Perdas/Reversões)			
Resultado Operacional (antes de gastos de Financiamento e Impostos)		955 369	408 377
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	15.8	58 904	81 137
Juros e Gastos Similares Suportados	15.9	(213 201)	(199 240)
Resultado antes de Impostos		801 072	290 275
Impostos sobre o Rendimento do Período	12	(242 491)	64 681
Resultado Líquido do Período		558 582	354 956

Conselho de Administração

Contabilista Certificado



Águas da Azambuja, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
Período findo em 31 de dezembro de 2024

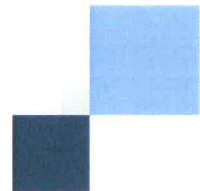
Descrição		Quantias em Euros					Total de Capital Próprio
		Capital Subscrito	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Reservas Legais	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2023		50 000	1 895 000	24 272	1 394 297	599 080	3 962 649
APLICAÇÃO DE RESULTADOS							
Transferência de Resultados do exercício para Resultados Transitados		-	-	-	599 080	(599 080)	-
	2	-	-	-	599 080	(599 080)	-
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
	3	-	-	-	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	4					354 956	354 956
RESULTADO INTEGRAL	5=3+4					354 956	354 956
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO							
	6	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2023	7=1+2+3+4+6	50 000	1 895 000	24 272	1 993 377	354 956	4 317 605
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024	7	50 000	1 895 000	24 272	1 993 377	354 956	4 317 605
APLICAÇÃO DE RESULTADOS							
Transferência de Resultados do exercício para Resultados Transitados		-	-	-	354 956	(354 956)	-
	8	-	-	-	354 956	(354 956)	-
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
	9	-	-	-	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	10					558 582	558 582
RESULTADO INTEGRAL	11=9+10					558 582	558 582
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO							
	12	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2024	13=7+8+9+10+12	50 000	1 895 000	24 272	2 348 333	558 582	4 876 186

Conselho de Administração

Contabilista Certificado





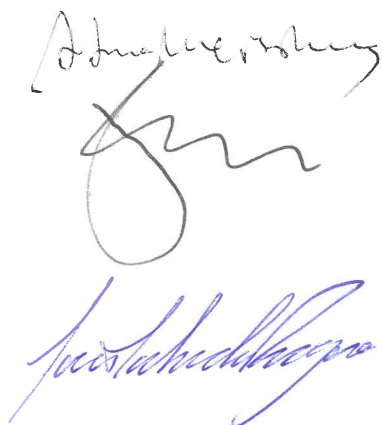


Águas da Azambuja, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Período findo em 31 de dezembro de 2024

	Quantias em Euros	
	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais - método direto		
Recebimentos de Clientes	6 214 852	5 541 803
Pagamentos a Fornecedores	(4 244 127)	(3 610 838)
Pagamentos ao Pessoal	(323 678)	(296 054)
Caixa gerada pelas operações	1 647 047	1 634 912
Pagamentos/recebimentos do imposto sobre o rendimento	(202 267)	(208 033)
Outros recebimentos / pagamentos	(190 973)	(157 227)
Fluxo de caixa das atividades operacionais (1)	1 253 808	1 269 652
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos Fixos Tangíveis	(120 684)	(3 596)
	(120 684)	(3 596)
Recebimentos provenientes de:		
Juros e rendimentos similares	57 026	-
	57 026	-
Fluxo de caixa das atividades de investimento (2)	(63 658)	(3 596)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(400 106)	(374 812)
Juros e gastos similares	(224 291)	(167 998)
	(624 397)	(542 811)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3)	(624 397)	(542 811)
Variações de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	565 753	723 246
Caixa e seus equivalentes no início do período	2 732 302	2 009 056
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3 298 055	2 732 302

Conselho de Administração

Contabilista Certificado




Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

ANEXO

(Quantias estão expressas em Euros

exceto quando expressamente indicado de outra forma)

1. Identificação da Entidade

A Águas da Azambuja, S.A. é uma sociedade anónima constituída em 10 de março de 2009, em resultado da adjudicação do Concurso Público Internacional lançado pelo Município de Azambuja em abril de 2007, que tem por objeto a exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de distribuição de água e de recolha e de rejeição de águas residuais em sistemas unitários e separativos na área do Município de Azambuja.

A Empresa tem a sua sede na Rua Teodoro José Silva – Edifício Atrium Azambuja, 37 – Azambuja, Portugal.

O capital da Empresa é detido maioritariamente pela Aquapor – Serviços, S.A. (74,98%), com sede em Lisboa. O restante capital é distribuído da seguinte forma:

- Luságua – Serviços Ambientais, S.A. - 0,01%;
- Luságua Alcanena – Gestão de Águas, S.A. - 0,01%;
- Eco Impact, S.A. - 25%.

Atividade Concessionada

Em 11 de maio de 2009 foi celebrado o Contrato de Concessão entre o Município de Azambuja e a Águas da Azambuja, S.A., pelo prazo de 30 anos e mediante uma renda total de 1.015.725 Euros. Após a assinatura do Contrato, e durante um período de 60 dias, decorreu o designado “Período de Transição” onde se procedeu ao diagnóstico e reconhecimento do funcionamento dos Serviços Municipais.

O arranque da fase de exploração (Período de Funcionamento Normal), teve início no dia 11 de julho de 2009. Após esta data a responsabilidade da gestão técnica, operacional e administrativa do sistema municipal passou para a Águas da Azambuja.

Nos termos do Contrato, a propriedade de todos os bens, infraestruturas, instalações e equipamentos (com exceção dos stocks de consumíveis e substituíveis do equipamento básico, do equipamento de transporte, do equipamento administrativo e das ferramentas utensílios integrados nos Sistemas e ou afetos), reverterão para o Concedente no final do contrato sem qualquer encargo para este, e em perfeito estado de funcionamento e manutenção, tendo como consideração o desgaste decorrente dos anos de serviço efetuado.

No início desta concessão, parte das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços objeto do contrato de concessão já existia e são propriedade da Concedente. Adicionalmente, a Empresa tem a obrigação de realizar

todas as obras necessárias à execução do plano de investimento e a sua exploração, nomeadamente os planos de abastecimento de águas (3.731.384 Euros) e saneamento de águas residuais (3.307.339 Euros).

De acordo com contrato de concessão, estas infraestruturas estão à disposição da Concessionária para os fins da concessão. Dado que a Empresa não controla estes bens (não pode alienar, onerar ou transferir) e não pagou diretamente pelos mesmos, estes ativos não são registados no Balanço da Empresa. A Empresa reconheceu nas suas demonstrações financeiras, um ativo intangível relacionado com o direito de utilização destas infraestruturas.

Também o valor das rendas fixas definidas para pagamento do uso destes ativos assim como o direito de explorar a concessão, qualificam para reconhecimento como parte do ativo intangível a reconhecer no início da concessão e que constitui o direito de explorar a concessão. Estas rendas terão os seguintes valores: 1º ano: 208.782 Euros; 2º ano: 104.391 Euros; 3º ano: 83.512 Euros; 4º ano: 62.635 Euros; 5º ano e seguintes: 21.400 Euros (montantes que serão atualizados anualmente com base no IPC).

Em junho de 2011 foi apresentado ao Município um pedido de reequilíbrio da Concessão por força de alterações legislativas significativas, nomeadamente a publicação do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, cujo prazo de adaptação terminou a 20 de agosto 2012, e de condicionantes várias relativamente ao Caso Base anexo ao Contrato de Concessão. Este pedido resultou num processo negocial mais alargado de revisão do Contrato de Concessão iniciado em janeiro de 2012 e que culminou em dezembro de 2012 na estabilização da Minuta de Aditamento e no seu envio à Entidade Reguladora em fevereiro de 2013 para a obtenção de parecer.

Com base no Parecer da ERSAR de abril de 2015, foi aprovado nos diferentes órgãos autárquicos em julho de 2015 o Primeiro Aditamento ao Contrato de Concessão. O processo de aprovação do Aditamento obteve o consentimento da Entidade Financiadora do Projeto e o visto por parte do Tribunal de Contas, tendo ficado concluído com a assinatura do mesmo a 23 de junho de 2016.

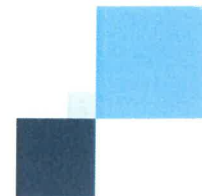
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

A Empresa faz o relato contabilístico das suas contas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) que fazem parte integrante do SNC.

Não houve derrogações com vista à imagem verdadeira e apropriada.

Em resultado da transposição para o ordenamento jurídico interno da Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, através da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, ocorreram alterações a nível das NCRF que têm aplicação obrigatória para exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016.

As demonstrações financeiras de 2024 foram preparadas usando princípios contabilísticos consistentes com o ano anterior, pelo que não existem contas, seja do balanço seja da demonstração de resultados, cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.



3. Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa mantidos de acordo com as NCRF.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade da Sociedade operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro.

Em resultado da avaliação efetuada, e tendo por base a informação disponível na presente data o Conselho de Administração concluiu manter-se válido o pressuposto da continuidade utilizado na preparação das suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024.

3.2 Políticas contabilísticas

A Empresa adotou o disposto nas NCRF, e supletivamente adotou o disposto na IFRIC 12 - Acordos de Concessão de Serviços e da SIC 29 – Divulgação – Acordos de Concessão de Serviços. A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos acordos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo que tem sobre os ativos da concessão.

No âmbito da atividade concessionada, a Empresa reconheceu um ativo intangível que corresponde ao direito de utilização e de exploração das infraestruturas cedidas pelo Concedente.

Embora seja da responsabilidade da Empresa financiar a sua construção das infraestruturas, uma vez que todos os bens se destinam a integrar a concessão e passam a estar automaticamente sujeitos às cláusulas de intransmissibilidade e reversão dos ativos, não se consideram ativos controlados pela Empresa, pelo que não são reconhecidos como Ativos Fixos Tangíveis. Pela análise efetuada às condições de reequilíbrio económico-financeiro previstas no contrato de concessão, verificámos que certas condições de reequilíbrio estão diretamente associadas ao risco de procura e outras estão dependentes de decisões do Concedente ou de outras entidades associadas, e de flutuações de taxas de juro nos mercados financeiros. Desta análise concluímos que as condições de reequilíbrio funcionam como uma garantia a favor do Concedente, limitando a margem auferida pela Empresa e colocando um teto no retorno da concessão.

Por outro lado, não constitui um direito a receber do Concedente ou por conta deste, pelo que os valores investidos na concessão foram registados como um Ativo Intangível.

Tendo por base o disposto nas NCRF e supletivamente a IFRIC 12, as políticas contabilísticas adotadas pela Empresa foram as seguintes:

(a) Ativos Fixos Tangíveis

Os Ativos Fixos Tangíveis referem-se a bens utilizados na produção, na prestação de serviços ou no uso administrativo e são inicialmente valorizados ao custo de aquisição.

Subsequentemente, a Empresa decidiu manter o custo como critério de valorização.

Os Ativos Fixos Tangíveis são depreciados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

As depreciações são calculadas numa base duodecimal, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para a utilização para a finalidade pretendida, utilizando o método da linha reta.

As taxas de depreciação estão definidas tendo em vista depreciar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2024	2023
Edifícios e Outras Construções	5% - 10%	5% - 10%
Equipamento Básico	12,50%	12,50%
Equipamento de Transporte	25%	25%
Equipamento Administrativo	10% - 33,33%	10% - 33,33%
Outros Ativos Fixos Tangíveis	12,50%	12,50%

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as depreciações é coincidente com o custo.

Os métodos de depreciação, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e., o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

O gasto com depreciações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos / Reversões de Depreciação e Depreciação.

Os custos de desmantelamento e remoção de bens do ativo fixo tangível e os custos de restauração do local onde estes estão localizados, em cuja obrigação se incorre quando os bens são adquiridos ou como consequência de terem sido usados durante um determinado período para finalidades diferentes da produção de inventários, fazem parte do custo do ativo fixo tangível correspondente e são amortizados no período de vida útil dos bens a que respeitam.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

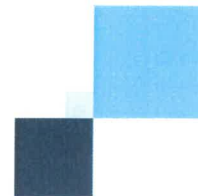
Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do imobilizado a que respeitem e são depreciadas no período remanescente da vida útil desse imobilizado ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo fixo tangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custos da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Os Ativos Fixos Tangíveis em Curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente amortizados quando se encontram disponíveis para uso.

Imparidade

A Empresa avalia se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar com imparidade no final do ano. Se existir qualquer indicação, é estimada a quantia recuperável do ativo (que é a mais alta entre o justo valor do ativo ou de uma unidade geradora de caixa menos os custos de vender e o seu valor de uso) e reconhecem nos resultados do exercício a imparidade sempre que a quantia recuperável for inferior ao valor contabilístico.



Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações:

- Durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- Ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na entidade, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a entidade opera ou no mercado ao qual o ativo está dedicado;
- As taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um ativo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do ativo;
- A quantia escriturada dos ativos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado;
- Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo;
- Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um ativo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um ativo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o ativo pertence, planos para alienar um ativo antes da data anteriormente esperada;
- Existe evidência nos relatórios internos que indica que o desempenho económico de um ativo é, ou será, pior do que o esperado.

Independentemente de haver indicações de estarem em imparidade, os bens que ainda não estão disponíveis para uso são testados anualmente.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efetuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

(b) Ativos Intangíveis

Os Ativos Intangíveis adquiridos separadamente são mensurados, na data do reconhecimento inicial, ao custo. Os intangíveis gerados internamente, excluindo os custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração de resultados no ano em que o gasto é incorrido.

Após o reconhecimento inicial os Ativos Intangíveis apresentam-se ao custo menos amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As vidas úteis dos Ativos Intangíveis são avaliadas entre finitas ou indefinidas.

Os Ativos Intangíveis com vidas úteis indefinidas não são amortizados, mas são testados quanto à imparidade independentemente de haver ou não indicadores de que possam estar em imparidade.

Os Ativos Intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

A imparidade destes ativos é determinada tendo por base os critérios descritos na alínea a) Ativos Fixos Tangíveis.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efetuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

Para um Ativo Intangível com uma vida útil finita, os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e., o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método da linha reta, exceto para os Direitos de Concessão em que o método utilizado é o método das Unidades de Produção (caudais de água).

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2024	2023
Propriedade Industrial	33,33%	33,33%
Direito de Concessão	6,79%	5,55%
Outros Ativos Intangíveis – Reversíveis (*)	6,79%	5,55%

• A taxa de amortização utilizada é calculada tendo em consideração caudais do ano/caudais estimados para o remanescente do contrato de concessão

O gasto com amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/reversões de depreciação e amortização.

Qualquer ganho ou perda resultante do desconhecimento de um ativo intangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custo da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Ativos Intangíveis:

(b.1) Propriedade Industrial

Nesta rubrica encontra-se refletida a aquisição de um software para a realização de desenho de plantas, relativamente ao qual existe o direito exclusivo de utilização.

A depreciação é efetuada de acordo com o Decreto-Lei 25/2009.

(b.2) Direitos de Concessão relacionados com a atividade concessionada

Para os bens (que se materializarão em direitos de utilização de infraestruturas – IFRIC 12) com vidas úteis superiores ao período da concessão, as amortizações de investimentos iniciais ou os que venham a ser posteriormente aprovados ou impostos pelo Concedente e que materializem em expansão ou modernização das obrigações iniciais, deverão normalmente fazer-se pelo prazo da concessão. No entanto, os investimentos adicionais de expansão ou modernização, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da concessão, e que apresentam valor residual darão lugar a uma indemnização equivalente ao valor ainda não amortizado à data do fim da concessão.

As amortizações são calculadas pelo método das Unidades de Produção, isto é, pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como

base os caudais de faturados nesse exercício e os caudais a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade.

(c) Ativos e Passivos por Impostos Diferidos e Imposto sobre o Rendimento do Período

(c.1) Ativos e Passivos por Impostos Diferidos

Os Ativos e Passivos por Impostos Diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos ativos e passivos da Empresa.

Os Ativos por Impostos Diferidos refletem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;
- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.

Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os Passivos por Impostos Diferidos refletem diferenças temporárias tributáveis.

As diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

A mensuração dos Ativos e Passivos por Impostos Diferidos:

- É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço; e
- Reflete as consequências fiscais que se seguem da forma como a Empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

(c.2) Imposto sobre o Rendimento

O Imposto sobre o Rendimento do Período engloba os impostos correntes e diferidos do exercício.

O Imposto Corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor.

A Empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 21%, acrescida da Derrama até à taxa máxima de 1,5% sobre o Lucro Tributável, de onde resulta uma taxa agregada máxima de 22,5%. Quando o lucro do exercício se situa entre 1,5 e 7,5 milhões de Euros é aplicada uma taxa de Derrama Estadual de 3%, passando esta a 5% quando aquele seja entre 7,5 e 35 milhões de Euros, acima deste valor a taxa é de 9% o que resulta numa taxa agregada máxima que poderá variar entre os 22,5% e os 31,5%.

Nos termos da legislação em vigor as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações.

O Conselho de Administração, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras.

A Empresa está sujeita, desde 2009, ao Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS). O valor do imposto corrente, positivo ou negativo, é calculado por cada empresa filial com base na sua situação fiscal individual e imputado à sociedade dominante. Os resultados positivos ou negativos, que resultam dos ajustamentos de consolidação fiscal são da responsabilidade da empresa dominante.

(d) Inventários

A valorização dos inventários e os respetivos métodos de custeio são os seguintes:

	Valorização	Métodos de Custeio
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Custo de aquisição (*)	Custo médio

(*) - ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo

O custo dos inventários inclui:

- Custos de compra (preço de compra, direitos de importação, impostos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros diretamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes);
- Custos de conversão (mão de obra e gastos gerais de produção);
- Outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e condições pretendidos;
- Variações de justo valor, no caso de os inventários terem associados a si instrumentos derivados de cobertura (§37 b) da NCRF 27).

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de aquisição ou de produção, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade, a qual é revertida quando deixam de existir os motivos que a originaram.

Para este efeito, o valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial menos os custos estimados de acabamento e os custos necessários para efetuar a venda. As estimativas tomam em consideração as variações relacionadas com acontecimentos ocorridos após o final do período na medida em que tais acontecimentos confirmem condições existentes no fim do período.



(e) Ativos e Passivos Financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos Financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo amortizado; e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

A Empresa não tem registado à data de 31 de dezembro de 2024 quaisquer ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor.

(e1) Ao custo amortizado

São mensurados “ao custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

(i) Clientes e outros créditos a receber

Os saldos de clientes e outros créditos a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

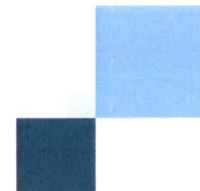
As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

(ii) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários” correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários” compreende, além da Caixa e Bancos, também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Financiamentos Obtidos do Balanço.



(iii) Fornecedores e outras dívidas a pagar

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a pagar são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

(e2) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não incluídos na categoria “ao custo amortizado” são incluídos na categoria “ao justo valor” com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registado em resultados nas rubricas “Perdas por reduções de justo valor” e “Ganhos por aumentos de justo valor”.

(e3) Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria “ao custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

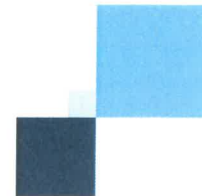
As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

(e4) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.



(f) Estado e Outros Entes Públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos ativos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

(g) Diferimentos Ativos e Passivos

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequada a sua integral imputação aos resultados num único exercício.

(h) Rubricas do Capital Próprio

(h.1) Capital Subscrito

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

(h.2) Reservas Legais

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do Capital Social.

A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no Capital Social (art.º 296 do CSC).

(h.3) Resultados Transitados

Esta rubrica inclui os resultados realizados disponíveis para distribuição aos acionistas.

(i) Provisões

Esta conta reflete as obrigações presentes (legais ou construtivas) da entidade provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos e cuja tempestividade e quantia são incertas, mas cujo valor pode ser estimado com fiabilidade.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço. Sempre que o efeito do valor temporal do dinheiro é material, a quantia de uma provisão é o valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do passivo e que não reflete riscos relativamente aos quais as estimativas dos fluxos de caixa futuros tenham sido ajustados.

Seguem-se algumas especificidades relativas a algumas Provisões:



(i.1) Provisões para Investimentos de Substituição

Esta rubrica inclui uma provisão para investimentos de substituição. A empresa vai reconhecendo nas suas contas, o montante a utilizar no futuro, para a reparação e reposição em bom estado de todos os seus equipamentos.

(j) Financiamentos Obtidos

Os financiamentos estão valorizados ao custo amortizado. Os financiamentos para os quais existe cobertura de taxa de juro fixa incluem também as variações de justo valor (§37 b) da NCRF 27).

Nos financiamentos para os quais existe cobertura de risco de variabilidade de taxa de juro, o respetivo derivado é apresentado em Outros Passivos Financeiros.

(l) Efeito das alterações das taxas de câmbio

As transações em moeda estrangeira são convertidas para Euro às taxas nas datas das transações.

Os saldos que se mantenham em dívida no final do ano são convertidos à taxa de fecho e o diferencial é reconhecido em resultados.

(m) Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui Imposto sobre o Valor Acrescentado e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

Quando o preço da venda dos produtos inclui uma quantia identificável de serviços subsequentes, essa quantia é diferida e reconhecida como rédito durante o período em que o serviço é executado.

Embora o rédito somente seja reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a empresa, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação tenha cessado de ser provável, é reconhecida como uma imparidade, e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Tenham sido transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- Não se mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito das Prestações de Serviços é reconhecido quando o desfecho da transação pode ser fiavelmente estimado o que ocorre quando todas as condições seguintes são satisfeitas:

- A quantia de rédito pode ser fiavelmente mensurada;
- É provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço pode ser fiavelmente mensurada;
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação podem ser fiavelmente mensurados; e

- O rédito da atividade concessionada é reconhecido de acordo com o preconizado na NCRF 20 – Rédito.

(n) Gastos com o Pessoal

Os gastos com o pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos empregados independentemente da data do seu pagamento.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Gastos com o Pessoal.

(n.1) Férias e Subsídio de Férias

De acordo com a legislação laborar em vigor os empregados têm direito a férias e a subsídio de férias no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte o qual se encontra refletido na rubrica “Outras Dívidas a Pagar”.

(n.2) Benefícios de Cessação de Emprego

A Empresa reconhece um passivo e um gasto por Benefício de Cessação de emprego quando já se comprometeu de forma demonstrável a:

- Cessar o emprego de um empregado ou grupo de empregados antes da data normal de reforma; ou
- Proporcionar benefícios de cessação como resultado de uma oferta feita a fim de encorajar a saída voluntária.

Considera-se que a Empresa já se comprometeu de forma demonstrável quando tem um plano formal pormenorizado para a cessação e não exista possibilidade realista de retirada e quando o plano incluía, como mínimo:

- A localização, a função, e o número aproximado de empregados cujos serviços estão para ser cessados;
- O benefício de cessação para cada classificação ou função de emprego; e
- Momento em que o plano será implementado.

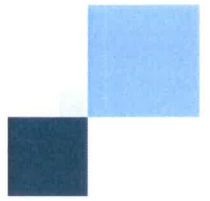
Os Benefícios de Cessação de Emprego são reconhecidos como um gasto imediatamente e sempre que se vencem a mais de 12 meses após a data do balanço são mensurados pelo valor descontado.

No caso de ofertas feitas para encorajar a saída voluntária, a mensuração dos Benefícios de Cessação de Emprego é baseada no número de empregados que se espera que aceitem a oferta.

(o) Ativos e Passivos Contingentes

Um Ativo Contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os Ativos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.



Um Passivo Contingente é:

- Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade;

ou

- Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque:
 - Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação; ou
 - A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efetivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

(p) Eventos Subsequentes

Os eventos subsequentes que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

3.2 Juízos de valor

(a) Vidas úteis dos Ativos Fixos Tangíveis e Ativos Intangíveis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de depreciação/ amortização a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos setores em que a Empresa opera.

(b) Impostos Diferidos Ativos

São reconhecidos Impostos Diferidos Ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Tendo em conta o contexto de crise e o impacto que pode ter nos resultados futuros, torna-se necessário julgamento por parte da Administração para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos tendo em conta:

- A data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis; e
- As estratégias de planeamento fiscal futuro.



3.3 Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível.

Alterações nos factos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

(a) Imparidade de Ativos Não Financeiros

A imparidade ocorre quando o valor contabilístico de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede a sua quantia recuperável a qual é a mais alta entre o justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso.

O cálculo do justo valor menos os custos de vender é baseado na informação que existe de contratos já firmados em transações de ativos similares, com entidades nas quais não existe relacionamento entre elas, ou preços observáveis no mercado menos custos incrementais para vender o ativo.

O valor em uso é calculado com base num modelo de fluxos de caixa descontados que têm em conta um orçamento para os próximos cinco anos o qual não inclui atividades de reestruturação relativamente às quais ainda não haja qualquer compromisso nem investimentos futuros significativos destinados a melhorar os benefícios económicos futuros que advirão da unidade geradora de caixa que está a ser testada.

A quantia recuperável é sensível sobretudo:

- Quota de mercado durante o período orçamental;
- Inflação no preço das matérias-primas;
- Margem bruta;
- Taxa de crescimento usada para extrapolar os fluxos de caixa para além de 5 anos;
- Taxas de desconto usadas para fazer o desconto dos fluxos de caixa futuros.

(b) Imparidade das contas a receber

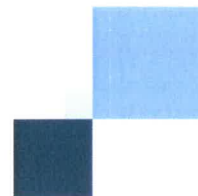
O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco tal como referido no parágrafo 3.1.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

(c) Provisões

O reconhecimento de Provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade.

Estes fatores estão muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo da Empresa pelo que poderão conduzir a ajustamentos significativos futuros, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.



4. Fluxos de Caixa

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários” do Balanço decompõem-se da seguinte forma:

	2024	2023
Caixa	-	958
Depósitos à Ordem	3 298 055	2 731 344
	3 298 055	2 732 302

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o exercício corrente não houve qualquer alteração às NCRF em vigor, pelo que não foi adotada nenhuma nova norma contabilística. Por outro lado, a Empresa não procedeu voluntariamente a qualquer alteração de política contabilística durante o exercício corrente.

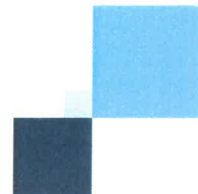
A nível de estimativas contabilísticas, não houve também qualquer alteração com efeitos nem no período corrente nem em futuros períodos.

6. Partes Relacionadas:

As entidades relacionadas da Empresa são as seguintes:

Nome	Atividade	Localização
Aquapor Serviços	Gestão de Participações	Lisboa
Luságua Serviços Ambientais	Tratamento de Águas Residuais	Prest. Serviços em vários locais do Continente
Pragosa Ambiente	Limpeza, recolha, transporte e valorização de resíduos	Batalha
Construções Pragosa	Obras de construção civil	Batalha
Ecobrejo	Gestão de resíduos e do ambiente	Batalha
Luságua Lisboa	Distribuição de Água	Lisboa
Águas de Alenquer	Distribuição de Água	Alenquer
Águas do Lena	Distribuição de Água	Batalha

A empresa-mãe é a Aquapor – Serviços S.A, com sede em Lisboa, que detém uma participação direta na Águas da Azambuja, S.A. correspondente a 74,98% do capital.



A natureza do relacionamento com as partes relacionadas é a seguinte:

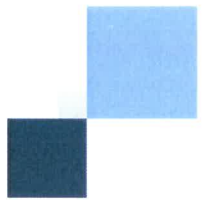
Parte Relacionada	Natureza do Relacionamento	
	Serviços que a Águas da Azambuja presta / Transações que presta	Serviços que a Águas da Azambuja recebe / Transações que recebe
Aquapor Serviços	-	Assistência técnica, aluguer de equipamento, rendas de viaturas e apoio comercial.
Luságua Serviços Ambientais	-	Análises de laboratório e trabalhos de manutenção.
Ecobrejo	-	Assistência técnica.
Construções Pragosa	-	Obras de Construção Civil.
Eco Impact	-	Recolha e transporte de resíduos.
Luságua Lisboa	Material Hidráulico	-
Águas de Alenquer	Material Hidráulico	-
Águas do Lena	Prestação de serviços	-

A quantia das transações e os saldos pendentes de partes relacionadas são os indicados no quadro seguinte:

Empresa	Ano	Prestações de Serviço	Compras de Serviços	Contas a Receber	Contas a Pagar	Acionistas	
						Saldo devedor	Saldo credor
Aquapor Serviços	2024	1 503	164 187	1 849	302 862	1 500 000	-
	2023	-	146 599	-	92 185	-	-
Luságua Serviços Ambientais	2024	-	41 537	-	5 748	-	-
	2023	-	35 686	-	4 270	-	-
Eco Impact	2024	-	184 476	-	25 051	-	-
	2023	-	219 861	-	36 013	-	-
Luságua Lisboa	2024	6 000	-	7 380	-	-	-
	2023	6 000	-	7 300	-	-	-

As remunerações da pessoal chave da gestão da Empresa encontram-se discriminadas no quadro seguinte:

	2024	2023
Total de benefícios de curto prazo dos empregados	98 462	96 014
Total de remunerações	98 462	96 014

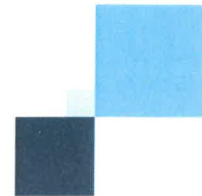


7. Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, a amortização acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período é a seguinte:

	Direitos de Concessão	Propriedade Industrial	Outros	Intangíveis em Curso	Total Ativos Intangíveis
Custo:					
1 de janeiro de 2023	8 885 863	1 164	885 428	77 578	9 850 033
Aumentos	19 665	-	106 944	59 237	185 846
Transferências	-	-	-	(126 609)	(126 609)
31 de dezembro de 2023	8 905 528	1 164	992 372	10 206	9 909 271
Aquisições	102 331	-	-	-	102 331
Transferências	10 206	-	-	(10 206)	-
31 de dezembro de 2024	9 018 065	1 164	992 372	-	10 011 602
Amortizações e Imparidade:					
1 de janeiro de 2023	2 172 360	1 164	340 434	-	2 513 958
Amortizações	420 818	-	35 272	-	456 090
31 de dezembro de 2023	2 593 178	1 164	375 706	-	2 970 049
Amortizações	533 950	-	41 901	-	575 851
31 de dezembro de 2024	3 127 128	1 164	417 607	-	3 545 899
Valor líquido contabilístico:					
A 31 de dezembro de 2024	5 890 937	-	574 766	-	6 465 703
A 31 de dezembro de 2023	6 312 350	-	616 666	10 206	6 939 223
A 1 de janeiro de 2023	6 713 503	-	544 994	77 578	7 336 076

Parte do saldo da rubrica 'Ativo Intangível – Direito de Concessão' aumentou 102 Milhares de Euros, sendo este incremento resultante de trabalhos na rede e renovação de contadores.



8. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, a depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período é a seguinte:

	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos	Imobilizações em Curso	Total Ativos Fixos Tangíveis
Custo:						
1 de janeiro de 2023	57 259	15 242	73 815	8 954	-	155 270
Aumentos	-	-	283	-	-	283
31 de dezembro de 2023	57 259	15 242	74 098	8 954	-	155 553
Aumentos	-	-	8 533	-	-	8 533
31 de dezembro de 2024	57 259	15 242	82 631	8 954	-	164 087
Depreciações e Imparidade:						
1 de janeiro de 2023	57 259	4 293	70 099	8 796	-	140 447
Depreciações	-	1 028	1 016	157	-	2 201
31 de dezembro de 2023	57 259	5 321	71 115	8 953	-	142 648
Depreciações	-	1 037	2 291	-	-	3 328
31 de dezembro de 2024	57 259	6 358	73 406	8 953	-	145 976
Valor líquido contabilístico:						
A 31 de dezembro de 2024	-	8 884	9 225	1	-	18 108
A 31 de dezembro de 2023	-	9 921	2 983	1	-	12 903
A 1 de janeiro de 2023	-	10 949	3 716	158	-	14 823

Os compromissos à data do balanço que a Empresa apresenta com contratos de aluguer operacional, para cada categoria de ativo, é a constante do quadro seguinte:

	2024	2023
4 Contratos de aluguer de viaturas	85 361	1 193
	85 361	1 193

O total dos futuros pagamentos da locação à data do balanço, repartidos por períodos de vencimento encontra-se detalhado no quadro seguinte:

	2024	2023
	Valor Presente	Valor Presente
Não mais de um ano	21 079	1 193
Mais de um ano	64 282	-
Total dos Pagamentos	85 361	1 193



9. Inventários

A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas encontram-se no quadro seguinte:

	2024	2023
Mercadorias		
Matérias-primas, Subs. e de Consumo	39 466	33 690
	39 466	33 690

As quantias de inventários reconhecidas como gasto durante o período encontram-se nos quadros seguintes:

Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:

		Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo	Total
Existências em 1 de janeiro de 2023		(23 218)	(23 218)
Compras		955 600A	955 600
Existências em 31 de dezembro de 2023		33 690	33 690
	CMVMC	966 072	966 072
Existências em 1 de janeiro de 2024		(33 690)	(33 690)
Compras		1 069 023	1 069 023
Existências em 31 de dezembro de 2024		39 466	39 466
	CMVMC	1 074 779	1 074 779

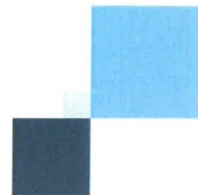
10. Rédito

O rédito discrimina-se da seguinte forma:

	2024	2023
Vendas		
Mercadorias		
Produtos Acabados e Intermédios		
Água	2 347 921	2 125 599
Quota Serviço Água	776 496	728 837
	3 124 417	2 854 436
Prestações de Serviços		
Diversos	260 393	225 250
Venda de Saneamento	1 414 162	1 313 034
	1 674 555	1 538 284
	4 798 972	4 392 721

O aumento ocorrido deve-se ao reajuste da tarifa, e ao aumento do volume consumido de m3.

A rubrica 'Diversos' de Prestações de Serviços engloba Abertura de Água, Ramais Água e Ramais Saneamento, Instalação, Reparação e Conservação de Contadores/Ramais, Deslocações e Outros Serviços.



11. Provisões

O movimento ocorrido nas provisões, por cada provisão, encontra-se refletido no quadro seguinte:

	Provisões para Investimento de Substituição	Outras Provisões	TOTAL
A 1 de janeiro de 2023	198 515	1 464 585	1 663 100
Reversões do ano	(6 686)	(5 403)	(12 089)
Aumentos do ano	-	589 113	589 113
Ajustamento temporal	(532)	-	(532)
A 31 de dezembro de 2023	191 298	2 048 295	2 239 592
A 1 de janeiro de 2024	191 298	2 048 295	2 239 592
Reversões do ano	(9 189)	(9 889)	(19 078)
Aumentos do ano	-	95 092	95 092
A 31 de dezembro de 2024	182 109	2 133 498	2 315 606

A rubrica de outras provisões engloba um valor de 1.501 milhares de euros referente a uma ação apresentada pela extinta Águas do Oeste contra a Águas da Azambuja no valor de 730.148 Euros motivada pelo não pagamento do diferencial entre os caudais mínimos garantidos no serviço de abastecimento de água e os caudais reais efetivamente consumidos no ano de 2010. Neste processo foi deduzida oposição com fundamento no facto de a Águas do Oeste não ter concluído nessa data a sua infraestrutura de abastecimento de água no Município de Azambuja, o que impede nos termos do contrato e da legislação em vigor a aplicação dos caudais mínimos garantidos. Para além da Oposição a Águas da Azambuja apresentou ainda um pedido de reconvenção no valor de 904.431 Euros por perda de faturação motivada por atraso na conclusão das obras do Plano de Investimentos da Águas do Oeste no Município de Azambuja.

Adicionalmente encontra-se registado uma provisão para responsabilidades com o pessoal no final do contrato de concessão e um valor para custos de acerto de tarifa pela entidade gestora responsável pelo abastecimento em alta.

Presentemente encontra-se pendente o Recurso apresentado pela ADAZ da Sentença proferida no mencionado processo judicial, pela qual o Tribunal considerou procedente o pedido deduzido pela AdO e improcedendo- o pedido Reconvençional apresentado pela AdAZ.

12. Imposto sobre o Rendimento

O Rendimento por impostos correntes é o indicado no quadro seguinte:

	2024	2023
Imposto Corrente		
IRC do ano	249 491	(64 681)
Imposto Diferido		
Originados e objeto de reversão por diferenças temporárias	(19 171)	(131 335)
	249 491	(64 681)

Não houve lançamento de novos impostos, sendo que a taxa de IRC manteve a 21%.

A reconciliação numérica entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável é a indicada no quadro seguinte:

	Base de imposto		Taxa de imposto	
	2024	2023	2024	2023
Resultado antes de impostos	801 072	290 275		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	22,5%	22,5%		
Imposto sobre o lucro à taxa nominal	180 241	65 312	22,50%	22,50%
Proveitos não tributáveis				
Reversão de provisões tributadas em anos anteriores	19 078	7 218		
Outros	600	-		
	19 678	7 218	(4,55%)	(4,56%)
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais				
Multas, coimas e juros compensatórios	250	306		
Amortizações não aceites fiscalmente	126 870	-		
Créditos incobráveis	4 447	-		
Provisões para além limites legais	95 092	13 286		
Correcções relativas a exercícios anteriores	880	-		
Outros	135 985	-		
	363 524	13 592	(14,21%)	(5,05%)
Lucro tributável	1 144 918	296 650		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	21,00%	21,00%		
Imposto calculado	238 433	60 296	29,76%	20,77%
Tributação autónoma	6 055	5 715	0,76%	1,97%
Derrama	17 174	4 503	2,14%	1,55%
Outros Ajustamentos	-	(3 861)	0,00%	(1,33%)
Efeito do aumento / reversão de impostos diferidos	(19 171)	(131 335)	(2,39%)	(45,24%)
	4 058	(124 977)	0,51%	(43,05%)
Imposto sobre o rendimento	242 491	(64 681)	30,27%	(22,28%)

As quantias de ativos por impostos diferidos reconhecidos no balanço para cada período são as indicadas no quadro seguinte:

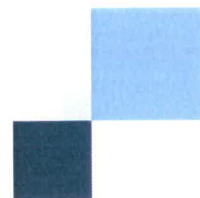
	Contas Balanço		Contas Demonstração Resultados	
	2024	2023	2024	2023
Impostos Diferidos Ativos				
Provisões não aceites fiscalmente	478 641	459 471	(478 641)	(459 471)
Total	478 641	459 471	(478 641)	(459 471)

13. Instrumentos Financeiros

As divulgações desta nota abrangem as seguintes rubricas do Balanço:

A rubrica de Financiamentos Obtidos refere-se Contrato de Financiamento em Projet, celebrado com o Banco Caixa BI.

Instrumentos Financeiros Ativos		2024	2023
Corrente			
Clientes			
Valor Bruto		762 034	837 064
Imparidade		(111 574)	(116 814)
		650 460	720 250
Outros créditos a receber			
		224 864	176 555
		875 324	896 805
Instrumentos Financeiros Passivos			
Não corrente			
Financiamentos obtidos			
		2 163 734	2 624 978
Outras dividas a pagar			
		299 784	298 048
		2 463 519	2 923 026
Corrente			
Fornecedores			
		525 255	857 360
Financiamentos obtidos			
		434 598	400 106
Outras dividas a pagar			
		596 349	443 295
		1 556 202	1 700 761
		4 019 720	4 623 787
Instrumentos Financeiros de Capital			
Capital			
		50 000	50 000
Outros instrumentos de capital			
Prestações suplementares		1 895 000	1 895 000
		1 945 000	1 945 000



13.1 Clientes

O saldo de clientes c/c decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Total	Dívida não vencida	Dívida vencida				
			< 60 Dias	61-90 Dias	91-120 Dias	121-180 Dias	> 180 Dias
Ano 2024	762 034	529 190	103 994	4 868	8	6 575	117 399
Ano 2023	837 064	596 654	122 063	1 471	7 881	715	108 280

O movimento ocorrido na imparidade do exercício relativamente a clientes foi o seguinte:

	Saldo Inicial	Reversões	Saldo Final
Exercício de 2024			
Clientes	116 814	(5 240)	111 574
	116 814	(5 240)	111 574
Exercício de 2023			
Clientes	117 997	(1 183)	116 814
	117 997	(1 183)	116 814

13.2 Outros Créditos a Receber

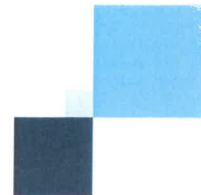
O saldo de Outros Créditos a Receber decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2024	2023
Outros créditos a receber		
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Venda de Água	162 687	125 525
Saneamento	48 557	37 410
Cauções de Fornecedores	13 620	13 620
	224 864	176 555

13.3 Fornecedores

O saldo de Fornecedores decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2024	2023
Fornecedores		
Nacionais	486 072	807 533
Entidades relacionadas	38 930	64 847
Fatura receção e conferência	252	(15 020)
	525 255	857 360



13.4 Outras Dívidas a Pagar

O saldo de Outras Dívidas a Pagar decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2024	2023
Outros dívidas a pagar - não corrente		
Outros credores		
Renda de concessão	299 784	298 048
Acionistas/Sócios	-	-
	299 784	298 048
Outras dívidas a pagar - corrente		
Fornecedores de investimento	13 229	23 782
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	55 624	48 686
Juros	22 459	32 787
Fornecimentos e serviços por facturar	92 037	73 182
Diversos	128 757	109 743
Outros credores	-	-
Taxa Municipal RSU	(4 758)	42 662
Renda de concessão	27 066	45 524
Diversos	261 935	66 928
	596 349	443 295
	896 133	741 342

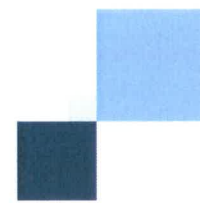
O saldo da rubrica “Outros Credores – Renda de Concessão” é referente ao Direito de Concessão adquirido pela empresa, conforme respetivo Contrato de Concessão e tem como contrapartida a rubrica de Ativos Intangíveis – Direitos de Concessão.

O saldo da rubrica “Outros Credores – diversos” é referente à estimativa de imposto do exercício a pagar à Aquapor Serviços, S.A. no âmbito do RETGS (Nota 6).

13.5 Financiamentos Obtidos

A empresa tem em carteira os seguintes financiamentos obtidos:

	2024	2023
Não correntes		
Empréstimos bancários		
CGDI	2 163 734	2 624 978
	2 163 734	2 624 978
Correntes		
Empréstimos bancários		
CGDI	434 598	400 106
	434 598	400 106



13.6 Capital Subscrito

As quantias do capital social nominal e do capital social por realizar são as indicadas no quadro seguinte:

O capital social emitido é composto por 10.000 ações com um valor nominal de 5 Euros cada.

	2024	2023
Capital social nominal emitido	50 000	50 000
Capital social nominal emitido e realizado		
Aquapor - Serviços, S.A.	37 490	37 490
Luságua - Serviços Ambientais, S.A.	5	5
Luságua Alcanena - Gestão de Águas, S.A.	5	5
Pragosa Ambiente, S.A.	12 500	12 500
	50 000	50 000

13.7 Compromissos Financeiros não incluídos no Balanço

No quadro seguinte apresentam-se as garantias bancárias detidas pela empresa a 31 de dezembro de 2024:

Garantia	Banco	Valor	Referência	Entidade	Motivo
2 501 002 237 093	CGD	3 500	Galp Frota	Petrogal, S.A.	Consumo Combustíveis
508 660	Caixa BI	1 000 000	Concessão	Município da Azambuja	Contrato de Concessão

13.8 Outros ativos financeiros

Compreende os seguintes valores:

	2024	2023
Derivados com cobertura "CAP" de taxa de juro	58 491	118 585
	58 491	118 585

Associado ao contrato de financiamento da concessão, a Águas da Azambuja, S.A. contratou em 2017 um contrato de CAP Taxa de Juro para fazer a cobertura económica dos juros, a pagar até ao final do período de reembolso do empréstimo. Nessa data o montante de prémio pago por Águas da Azambuja, S.A. foi de 171.700 euros (incluindo um reforço de 36 mil euros efetuado em 2018) e a taxa de Cap foi fixada nos 2%.

A diferença na valorização do CAP a 31 de dezembro de 2024, no montante de 60.094 euros foi registada em resultados.

13.10 Riscos relativos a instrumentos financeiros

O risco financeiro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro virem a variar e de se virem a obter resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando o valor patrimonial da Empresa.

No desenvolvimento das suas atividades correntes, a Empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros suscetíveis de alterarem o seu valor patrimonial, os quais, de acordo com a sua natureza, se podem agrupar nas seguintes categorias:

- Risco de mercado:
 - Risco de taxa de juro;
 - Risco de taxa de câmbio;
 - Outros riscos de preço.
- Risco de crédito;
- Risco de liquidez.

A gestão dos riscos acima referidos - riscos que decorrem, em grande medida, da imprevisibilidade dos mercados financeiros – exige a aplicação criteriosa de um conjunto de regras e metodologias aprovadas pela Administração, cujo objetivo último é a minimização do seu potencial impacto negativo no valor patrimonial e no desempenho da Empresa.

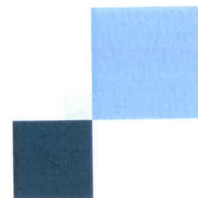
Com este objetivo, toda a gestão é orientada em função de duas preocupações essenciais:

- Reduzir, sempre que possível, flutuações nos resultados e cash-flows sujeitos a situações de risco;
- Limitar os desvios face aos resultados previsionais, através de um planeamento financeiro rigoroso, assente em orçamentos plurianuais.

Por regra, a Empresa não assume posições especulativas, pelo que geralmente as operações efetuadas no âmbito da gestão dos riscos financeiros têm por finalidade o controlo de riscos já existentes e aos quais a Empresa se encontra exposta.

A Administração define princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, o risco de liquidez, o risco de crédito e o uso de instrumentos financeiros derivados ou não derivados e o investimento do excesso de liquidez.

A gestão dos riscos financeiros - incluindo a sua identificação e avaliação - é conduzida pela Direção Financeira de acordo com políticas aprovadas pela Administração.



Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro vir a variar, devido a alterações nas taxas de juro de mercado, alterando o valor patrimonial da Empresa.

A exposição da Empresa ao risco de taxa de juro advém da existência, no seu balanço, de passivos financeiros contratados a taxa variável.

A Empresa enfrenta um risco de variação do “justo valor” desses passivos, na medida em que qualquer alteração das taxas de mercado envolve um custo de oportunidade (positivo ou negativo). Tal alteração tem um impacto direto no valor dos juros pagos, provocando conseqüentemente variações de caixa.

Risco de taxa de câmbio

O risco de taxa de câmbio é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa de um instrumento financeiro virem a variar em resultados de alterações nas taxas de câmbio.

A Empresa não se encontra exposta ao risco de taxa de câmbio.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações ao abrigo de um instrumento financeiro originando uma perda.

A Empresa encontra-se sujeita a risco no crédito que concerne à atividade operacional – clientes, fornecedores, outros créditos a receber e outras dívidas a pagar.

Devido ao facto de os clientes da Águas da Azambuja serem consumidores finais de água potável, as suas dívidas e subsequente crédito estão seguros pela questão dos cortes de fornecimento. Os montantes individuais são reduzidos.

14. Gastos com Pessoal

O detalhe dos Gastos com o Pessoal é o indicado no quadro seguinte:

O número médio de pessoal ao serviço da empresa em 2024 foi de 13 (2023: 12 pessoas).

	2024	2023
Remunerações do Pessoal	305 316	285 144
Encargos sobre Remunerações	66 570	63 206
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	4 438	4 691
Gastos de ação social	9 750	9 781
Outros gastos com o Pessoal	3 318	6 411
	389 392	369 232

15. Outras Informações

15.1 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e Outros Entes Públicos” decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2024	2023
Saldo a Pagar		
Retenções Imposto sobre Rendimento	3 584	3 889
IVA	16 877	6 982
Contribuição para a Segurança Social	7 027	5 931
Outras Tributaçãoes	60	2 001
	27 548	18 803

A Empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 passou a integrar o RETGS do Grupo, do qual a Aquapor Serviços, S.A. é a entidade dominante. Por este motivo, o montante relativo a estimativa de imposto do exercício encontra-se reconhecida como uma conta a pagar à Aquapor Serviços, S.A. uma vez que é esta entidade que faz os pagamentos por contas das Empresa do grupo inseridas no RETGS (Nota 13.4).

15.2 Diferimentos

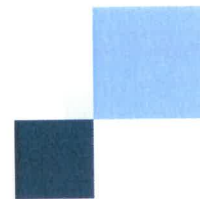
Os gastos a reconhecer discriminam-se como segue:

	2024	2023
Gastos a reconhecer		
Seguros	(212)	1 370
Rendas	2 234	2 186
	2 021	3 557

15.3 Reservas e Resultados

A Rubrica de Reservas e Resultados decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Reservas Legais	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	TOTAL
Saldo em 1 de janeiro de 2023	24 272	1 394 297	599 080	2 017 649
Remanescente da aplicação de Resultados	-	599 080	(599 080)	-
Resultado do ano	-	-	354 956	354 956
Saldo em 31 de dezembro de 2023	24 272	1 993 377	354 956	2 372 605
Saldo em 1 de janeiro de 2024	24 272	1 993 377	354 956	2 372 605
Remanescente da aplicação de Resultados	-	354 956	(354 956)	-
Resultado do ano	-	-	558 582	558 582
Saldo em 31 de dezembro de 2024	24 272	2 348 333	558 582	2 931 187



Aplicação do resultado do período findo em 31 de dezembro de 2023: De acordo com a deliberação da Assembleia Geral a 12 de abril de 2024, o resultado líquido do exercício de 2023, no valor de 354.956 Euros foi transferido para resultados transitados.

Aplicação do resultado do período findo em 31 de dezembro de 2022: De acordo com a deliberação da Assembleia Geral a 8 de março de 2023, o resultado líquido do exercício de 2022, no valor de 599.080 Euros foi transferido para resultados transitados.

15.4 Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2024	2023
Subcontratos	482 166	466 932
Serviços Especializados	-	-
Trabalhos especializados	886 416	826 563
Publicidade e propaganda	10 075	3 803
Vigilância e segurança	658	2 152
Honorários	8 400	7 789
Comissões	110	274
Conservação e reparação	77 124	23 644
Outros Serviços Especializados	11 898	12 137
Materiais	-	-
Ferramentas e utensílios	145	882
Livros e documentação técnica	-	22
Material de escritório	978	804
Artigos para oferta	461	9 963
Energia e Fluidos	-	-
Eletricidade	27 992	30 477
Combustíveis	13 154	12 299
Água	-	1 936
Outros Fluidos	853	2 187
Deslocações, estadas e transportes	-	-
Deslocações e estadas	2 130	3 025
Transportes de Mercadorias	-	3
Serviços Diversos	-	-
Rendas e alugueres	73 958	60 282
Comunicação	35 267	38 923
Seguros	21 285	21 401
Contencioso e notariado	2 406	2 727
Despesas de representação	-	-
Limpeza, higiene e conforto	6 210	5 894
Outros	35 281	30 963
	1 696 967	1 565 080



15.5 Outros Rendimentos

A rubrica de “Outros Rendimentos” decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2024	2023
Rendimentos Suplementares		
TRH	98 137	94 198
Outros	9 280	20 937
Ganhos em Inventários	181	3 687
Outros		
Outros não especificados	149 963	27 776
	257 561	146 597

O aumento da rubrica de “Outros – não especificados” tem o impacto de uma correção efetuada nas contas de balanço, no exercício de 2024.

15.6 Outros Gastos

A rubrica de “Outros Gastos” decompõem-se da forma indicada no quadro seguinte:

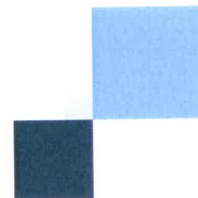
	2024	2023
Impostos	93 936	87 848
Descontos de pronto pagamento concedidos (Nota 28.9)		
Dívidas incobráveis	4 447	4 136
Perdas em Inventários	285	1 911
Outros		
Multas e penalidades		
Multas não fiscais	250	306
Outros Não Especificados	187 673	102 222
	286 590	196 423

Na rubrica de “Outros não especificados” inclui essencialmente 22 milhares de euros referente ao impacto da desvalorização do mecanismo de proteção da taxa de juro (CAP) associado ao financiamento bancário e o montante de 135 milhares de euros referente à insuficiência de estimativa de imposto do ano anterior.

15.7 Gastos / Reversões de Depreciação e Amortização

A rubrica de “Gastos / Reversões de Depreciação e Amortização” decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2024	2023
Gastos de depreciação e de amortização		
Ativos Fixos Tangíveis	3 328	2 201
Ativos Intangíveis	575 851	456 090
	579 179	458 292



15.8 Juros e Rendimentos Similares Obtidos

A rubrica de “Juros e Rendimentos Similares Obtidos” decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2024	2023
Juros Obtidos		
Atraso de pagamento de clientes	3 668	3 656
Outros Rendimentos Similares	55 236	77 481
	58 904	81 137

O saldo da rubrica “Outros rendimentos similares” regista essencialmente o impacto do custo amortizado do financiamento de médio e longo prazo obtido junto da Caixa BI.

15.9 Juros e Gastos Similares Suportados

A rubrica de “Juros e Gastos Similares Suportados” decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2024	2023
Juros Suportados		
Empréstimos Bancários	166 126	169 525
Outros Gastos e Perdas de Financiamento		
Comissões bancárias sobre empréstimos / financiamento	13 009	12 752
IPC Renda Concedente	15 179	300
Outros	18 887	16 662
	213 201	199 240

O saldo da rubrica “Outros” é referente na sua maioria a custos de financiamento.

16. Aspetos Ambientais

Em 2024 a sociedade não incorreu em encargos significativos de carácter ambiental, excetuando aqueles que se relacionam diretamente com o objeto da sua atividade.

Em 2024 não se encontra registado nas Demonstrações Financeiras qualquer passivo de carácter ambiental nem é divulgada qualquer contingência ambiental, por ser convicção da Administração que não existem a essa data obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a sociedade.

17. Acontecimentos após a data do Balanço

A data em que as demonstrações financeiras estão autorizadas para emissão é 27 de março 2025.

Estas Demonstrações Financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração.

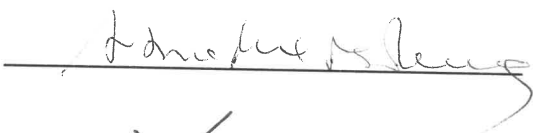
Desde 31 de dezembro de 2024 e até essa data não ocorreram quaisquer factos que não estejam já ajustados e/ou divulgados nas demonstrações financeiras.

18. Divulgações exigidas por Diplomas Legais

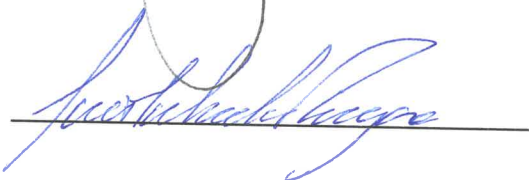
Das informações legalmente exigidas noutros diplomas, designadamente nos artigos 66.º, 324.º, 397.º e 447.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), das disposições legais decorrentes do Decreto-Lei n.º 328/95, de 9 de dezembro e das disposições referidas no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, importa referir que:

- a) Em obediência ao disposto no n.º 2 do artigo 324.º do CSC informa-se que a empresa não possui quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza;
- b) Em obediência ao disposto no n.º 4 do artigo 397.º do CSC informa-se que, no decorrer de 2023, não foram efetuados quaisquer negócios entre a Empresa e membros dos seus órgãos sociais;
- c) Na Nota 1 deste relatório, é apresentada a estrutura acionista completa da Empresa. Desta forma obedece-se ao disposto nos artigos 447.º do CSC;
- d) Informa-se que a empresa não é devedora em mora a qualquer caixa de previdência, resultando os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2024 da retenção na fonte dos descontos e contribuições referentes ao mês de dezembro, cujo pagamento se efetuou em janeiro de 2025, nos prazos legais.

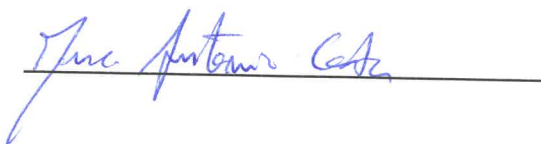
Conselho de Administração







Contabilista Certificado



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Aos Acionistas da ADAZ - Águas da Azambuja, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da ADAZ- Águas da Azambuja, S.A. (“Entidade”), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade e os negócios da Entidade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Entidade todas as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2024, as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2024, preparado pelo Conselho de Administração, e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que se dá aqui por integralmente reproduzida e que não inclui reservas.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Entidade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 8 de maio de 2025



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Ana Alexandra Dornelas Pinheiro, ROC
Registo na OROC n.º 1496
Registo na CMVM n.º 20161106



“Deloitte”, “nós” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, acesse a www.deloitte.com/pt/about.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting | Technology & Transformation e Advisory | Strategy, Risk & Transactions a quase 90% da Fortune Global 500® entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direcionando a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com 180 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 460.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula na CRC: 501776311 | Capital social: € 981.020,00
Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa
Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13.º, 4150-146 Porto